

Acção Socialista



Nº 1285 19 Junho 2007

Director Jorge Seguro Sanches Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

www.accaosocialista.pt ■ accaosocialista@ps.pt

PS reforça agenda reformista

Página 20



Câmara de Lisboa

3

Costa propõe contrato de saneamento financeiro



Universidade de Verão de Setúbal

5

PS mobilizado e consciente do que importa fazer

Açores

7

César defende consolidação e aprofundamento da autonomia



Federação de Portalegre

9

Governo trouxe novas bandeiras para o distrito



PS/Algarve

19

Fórum Autárquico debateu novos desafios do poder local

UMA EQUIPA PARA GOVERNAR LISBOA

UnirLisboa
www.unirlisboa.com
PS



EDITORIAL



JORGE SEGURO SANCHES
Director
jseguro@ps.parlamento.pt

GOVERNAR COM RUMO

1. A reforma do Parlamento foi o tema escolhido para as Jornadas Parlamentares que o Grupo Parlamentar do PS realizou em Tomar e que hoje foram encerradas pelo secretário-geral, José Sócrates. As propostas socialistas – em número de 96 – e que os deputados do PS querem que estejam em prática a partir de Setembro, reforçam o papel da Assembleia da República na vida política do país tornando-a numa instituição mais próxima dos cidadãos, mais eficaz e com hábitos mais transparentes. Exemplos: a declaração de interesses dos deputados vai passar a ser publicitada na Internet, é prevista a criação de um gabinete do eleitor em cada distrito, bem como se estabelece a participação dos cidadãos no processo legislativo, através da Internet.

Outra proposta do PS é a de que os debates com o primeiro-ministro, até agora mensais, passem a ter uma periodicidade quinzenal.

Numa situação de maioria absoluta o PS colocou a sua capacidade não ao serviço da sua maioria, mas sim do debate e do melhor funcionamento da nossa democracia.

2. O Governo do PS apresentou três iniciativas, www.eescola.net cujo objectivo é garantir a mais de 500 mil portugueses, entre estudantes, professores e trabalhadores em formação, o acesso a um computador, com acesso à Internet de banda larga, com preços significativamente reduzidos e com o objectivo de facilitar a acessibilidade.

Estas iniciativas são mais um sinal de que o clima tecnológico do país deu um salto enorme nos últimos dois anos. E não foi por acaso. Com efeito: Hoje, temos acesso gratuito à edição “on-line” ao “Diário da República”. Lembra-se como era há apenas dois anos?

No último ano passou-se de 1/16 para 1/13 de

“
Numa situação de maioria absoluta o PS colocou a sua capacidade não ao serviço da sua maioria, mas sim do debate e do melhor funcionamento da nossa democracia”

ratio na utilização de PC's pelos alunos das escolas portuguesas;

Foram colocados 25 mil portáteis nas escolas; Foram lançados concursos visando a expansão da utilização da banda larga (infra-estruturas, conteúdos, formação), no montante próximo dos 110 milhões de euros e no âmbito do Programa Ligar Portugal;

Procedeu-se à ligação à Internet de banda larga de todas as escolas básicas e secundárias do ensino público (era de 18 por cento em 2005; 100 por cento em 2006);

Procedeu-se ao esforço de ligação à Internet de banda larga dos organismos da Administração Pública Central (passando de 53 por cento em 2004 para 77 por cento em 2006);

Quase 50% dos agregados familiares possui hoje um computador pessoal (26,8 por cento em 2002; 42,5 por cento em 2005; 45,4 por cento em 2006); O número de agregados familiares com Internet de banda larga triplicou entre 2003 e 2006 (7,9 por cento em 2003; 19,7 por cento em 2005; 24 por cento em 2006).

3. O aeroporto da Portela tem um fim anunciado, mesmo levando a cabo o plano de expansão previsto. Vários estudos indicam que o aeroporto atingirá a sua capacidade por volta de 2015, podendo ocorrer a já a partir de 2012, caso se confirmem as previsões de crescimento de tráfego mais optimistas.

A opção para a construção do novo aeroporto internacional na Ota resultou de várias decisões políticas de sucessivos governos (de que fizeram parte três partidos) e de estudos técnicos da mais variada índole que basearam aquelas decisões.

Esses estudos foram eliminando vários outros locais – que em especial por razões ambientais – foram chumbados. Nas últimas semanas surgiu, pela primeira vez, a possibilidade de realizar estudos num outro local – Alcochete. Responsavelmente, o Governo decidiu considerar essa possibilidade, demonstrando que a governação com rumo do PS é feita sempre em nome dos interesses de Portugal.

ANTHONY GIDDENS E VIEIRA DA SILVA DEBATEM “NOVOS DESAFIOS SOCIAIS DA EUROPA”

NUMA iniciativa conjunta do Partido Socialista, do Fórum Novas Fronteiras e da Policy Network, vai realizar-se, no dia 22, pelas 17h30, no Centro de Reuniões da FIL, no Parque das Nações, uma conferência subordinada ao tema “Novos desafios sociais da Europa”. O secretário nacional do PS e ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Santos, será o moderador do debate, que contará com a participação do dirigente socialista e ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, Vieira da Silva, do professor da London School of Economics e ideólogo da “Terceira Via”, Anthony Giddens, e do líder do Partido Social-Democrata da Dinamarca, Helle Thorning-Schmidt.



PS/Felgueiras exige explicações de Marques Mendes

A PROPÓSITO da recente deslocação do líder do PSD a Felgueiras, a Concelhia socialista exigiu que Marques Mendes clarificasse o “comportamento politicamente pouco ortodoxo” dos vereadores laranja e parte substancial dos membros da Assembleia Municipal que “desde a primeira hora tem tido uma conduta contrária aos interesses do concelho e do seu próprio partido”.

Assim, a Concelhia socialista questiona Marques Mendes sobre se “vem a Felgueiras para apoiar ou condenar a política seguida desde a primeira hora pelos eleitos PSD, vereadores e alguns presidentes de junta de freguesia, já que os mesmos sempre apoiaram e agem como sustentáculo das políticas apresentadas por Fátima Felgueiras e cuja condenação tem sido feita por diversas áreas político-sociais do concelho”.

A Concelhia do PS pergunta ainda a Marques Mendes se vem a Felgueiras “apelar à seriedade e credibilidade que é representada



por uma parte da anterior e da actual Comissão Política Concelhia, ou vem corroborar com a actuação dos seus vereadores no Executivo municipal, que chegam mesmo a afirmar nos jornais ‘estar no patamar do poder e ser o grande opositor do Partido Socialista?’

O PS/Felgueiras questiona também Marques Mendes sobre se tem conhecimento que “os seus vereadores são parte activa das criadas Empresas Municipais ‘EMAFEL’ e ‘ACLEM’, assumindo cargos de administração conjuntamente com Fátima Felgueiras, enquanto presidente das mesmas”

“Será que esta cumplicidade e

promiscuidade política é do agrado do presidente do partido?”, perguntam os socialistas de Felgueiras.

Em comunicado, a Concelhia de Felgueiras do PS questiona ainda Marques Mendes sobre se “apoia a subversão ética e política perpetrada pelos seus vereadores quando

agem com base na coação e influência sobre os membros eleitos da Assembleia Municipal quanto à forma e sentido a seguir nas votações naquele que é o órgão fiscalizador por excelência. Reprova ou aceita este comportamento indigno contra natura e inexplicável quer no plano dos valores quer no plano dos princípios?”

A terminar, o PS de Felgueiras afirma aguardar “com expectativa aquela que será a sua posição sobre as matérias atrás expostas”, já que “este contributo assente na verdade pode ajudar a atenuar o flagelo da vergonha a que tem sido sujeita esta terra que é Felgueiras”. J.C.C.B.

Costa propõe contrato de saneamento financeiro para a Câmara de Lisboa

CONVENÇÃO PROGRAMÁTICA

A Câmara, para ser credível, tem de requerer ao Governo a celebração de um contrato de saneamento financeiro, para resolver de imediato a sua grave situação de curto prazo, defendeu António Costa, no final da convenção programática da candidatura “Unir Lisboa”, na FÍL, no Parque das Nações, que serviu para reunir contributos para a redacção do programa socialista para a cidade.

ESTA é uma das medidas de “urgência” avançadas pelo candidato do PS, que sublinhou que esta possibilidade está prevista na Lei das Finanças Locais. “Ainda bem que há uma Lei das Finanças Locais e que vai haver uma câmara que vai utilizar esta lei para sanear as suas finanças”, disse, adiantando que no quadro de crise profunda a vários níveis em que se encontra a autarquia “é preciso rigor e responsabilidade”.

Outra das medidas inseridas no que António Costa classificou de “tempo de urgência”, em que é precisa uma “acção rápida” para sanear as contas da autarquia e pôr fim “à imagem de desleixo e abandono” em que a cidade se encontra, é a redução “drástica” do universo de avançados, mais de 1200, o que implica um custo de 18,2 milhões de euros por ano, e a “moralização” das horas extraordinárias.

No âmbito da política de credibilidade, rigor e responsabilidade que quer devolver à gestão da câmara, António Costa rejeitou liminarmente o “projecto megalómano” previsto para o Parque Mayer, defendendo que este local emblemático da cidade deve ser “uma zona de lazer, com equipamentos culturais”, em articulação com o Jardim Botânico e a nova zona pedonal da Av. da Liberdade.

Para os próximos dois anos, e “porque há mais vida para além da crise”, António Costa apontou cinco eixos prioritários: o primeiro centrado no cidadão, nomeadamente enquanto peão; o segundo nos idosos; o terceiro nas crianças,

apostando na construção de mais escolas e creches, de forma “a rejuvenescer a cidade e atrair e fixar jovens casais”; o quarto na prioridade à reabilitação urbana; e o quinto na simplificação administrativa, de modo a “devolver credibilidade à administração municipal”.

A médio prazo, o candidato socialista definiu ser prioritário “devolver rigor e pensamento estratégico” à cidade, através da revisão do seu Plano Director Municipal (PDM).

Na abertura dos trabalhos, o mandatário da candidatura, José Miguel Júdice, considerou que “a democracia participativa está a concretizar-se” com a realização desta convenção, que, sublinhou, “é a valorização da política no seu mais nobre sentido – o estudo da polis, da cidade, que interessa aos cidadãos”.

E referiu que “acabou o tempo em que alguém sozinho pode encontrar soluções para os problemas”, acrescentando que na candidatura “Unir Lisboa” há para além “de uma boa liderança, uma boa equipa para elaborar um bom programa”.

De salientar ainda que na Convenção “Unir Lisboa” estiveram em debate, durante três horas, em quatro salas em simultâneo, temas associados à cidade sustentável, à cidade amigável, à cidade para as pessoas e à cidadania e participação.

Uma maioria clara para governar com estabilidade

Entretanto, no megajantar de



apoio à sua candidatura, onde José Sócrates assegurou que participará activamente nesta campanha, o candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Lisboa prometeu avançar com “uma acção exemplar de moralização”, com um processo de simplificação administrativa e com uma estratégia preventiva de corrupção se for eleito nas intercalares de Julho.

No Centro de Congressos de Lisboa, António Costa voltou a sublinhar, perante dois mil apoiantes, a importância de alcançar uma vitória com “maioria clara” para “não governar à mercê de jogos partidários”, apelando à mobilização dos socialistas na campanha e contra a abstenção.

E garantiu que a sua proposta para a cidade visa “unir os lisboetas”, contando para isso com uma equipa de grande qualidade, com um programa exigente e com uma liderança capaz de o pôr em prática.

Segundo o antigo ministro da Administração Interna, a candidatura “Unir Lisboa” conseguiu chamar à causa pública “gente séria e capaz”, com diferentes percursos e de diferentes gerações, vincando

que a sua lista é constituída por “mais mulheres do que homens”.

Costa, que contou neste megajantar com a presença do secretário-geral do PS, José Sócrates, do presidente do Partido Socialista Europeu, Paul Rasmussen, e com vários camaradas que actualmente exercem funções governativas, garantiu ter um programa para um mandato curto e outro para os quatro anos seguintes.

“Temos um programa para um tempo de urgência”, onde é dada prioridade ao saneamento financeiro da Câmara e à resolução dos casos relativos ao urbanismo”, disse, acrescentando que a curto prazo não serão empreendidas grandes obras e sim resolvidas as questões mais urgentes.

No tempo de médio prazo, acrescentou, preparam-se mudanças a operar em Lisboa para um próximo mandato.

“Serão dois anos para arrumar a casa e outros quatro para modernizar a cidade”, declarou, assinalando como prioridades do “tempo de urgência” o lavar a cara à cidade e a reposição da confiança na autarquia.

Neste ponto, António Costa

sublinhou que a autarquia lisboeta deve “impor regras” sobre o uso do solo e o urbanismo, “para que as pessoas as possam cumprir e desenvolver a cidade”.

“Não queremos projectos megalómanos”, avisou, antes de reafirmar que um Executivo camarário por si presidido vai atacar de frente o grave problema financeiro da autarquia da

capital.

No que toca às medidas imediatas para o mandato intercalar, Costa falou da celebração de um contrato de saneamento financeiro com o Estado que permita “reprogramar a dívida”.

O candidato do PS defendeu também “uma acção exemplar de moralização” na atribuição de avenças, acusando a anterior maioria do PSD, “que fala de excessos”, de ter atribuído 1204 avenças que custam 80 milhões de euros por ano.

A atribuição de telemóveis, viaturas e o pagamento de horas extraordinárias são outros aspectos que é preciso moralizar, para quem prometeu ainda proceder a uma simplificação administrativa na Câmara, transparência e medidas preventivas de corrupção.

Para o próximo mandato Costa projecta lançar um programa estratégico, renovar o Plano Director Municipal, dar qualidade de vida aos lisboetas na sua cidade, criar condições de sustentabilidade económica e, no governo do município, reformular as relações da autarquia com o Estado e outros parceiros, bem como modernizar a divisão administrativa da cidade. J.C.C.B./M.R.

CANDIDATO DO PS EM PEDALADA DE ESTÍMULO AO USO DA BICICLETA

PARA estimular o uso de bicicletas na capital e desmentir a ideia de que a cidade das sete colinas não tem condições para a prática desta actividade física, o candidato socialista à presidência da Câmara Municipal de Lisboa, António Costa, pedalou com um grupo de ciclistas numa iniciativa da Federação Portuguesa de Cicloturismo e Utilizadores de Bicicleta (FPCUB).

Ao terminar o percurso que começou no Jardim do Príncipe Real, passou pelo Padrão dos Descobrimentos e acabou no Cais do Sodré, Costa declarou aos jornalistas não ter resistido à tentação de imaginar uma ciclovia de Belém ao Parque das Nações e alertou para os índices de poluição existentes na capital, avançando que estudará “alternativas de transporte para melhorar o ambiente”. M.R.



ZONA DE LAZER NO PARQUE MAYER É PARA AVANÇAR

ANTÓNIO Costa defendeu, no megajantar da sua candidatura “Unir Lisboa”, que deve ser a Câmara Municipal da capital a definir o Parque Mayer como zona de lazer e cultura, independentemente do resultado do processo judicial sobre quem é o proprietário.

“Uma coisa é o direito de propriedade, outra é a fixação do uso do solo, para o que a autarquia não tem de esperar pelos tribunais”, afirmou.

“Não queremos projectos megalómanos que precisem de outros



igualmente megalómanos para os financiar. Queremos é que o Parque Mayer seja uma zona de lazer com equipamentos culturais, articulada com o Jardim Botânico e com a Avenida da Liberdade”, sustentou. M.R.

OPINIÃO

UM PAÍS SEGURO



JOÃO SERRANO
Deputado do PS

Ontem como hoje não pretendo desenvolver a teoria do "oásis de segurança", mas no que respeita à criminalidade registada, à sua variação comparativa e ao contexto deste fenómeno no plano europeu, o nosso país tem hoje de facto razões para estar confiante

O RELATÓRIO de Segurança Interna relativo a 2006, discutido na Assembleia da República, referencia os grandes números da criminalidade no ano transacto, seja o quadro da criminalidade numa perspectiva global, seja por grandes categorias de crimes, seja ainda, quando tal se justifica, individualizando tipos de crime, para além de proceder a uma análise da distribuição geográfica da criminalidade.

Globalmente constata-se que o número de participações criminais aumentou em cerca de um terço ao longo dos últimos dez anos, passando, grosso modo, da casa das 300 mil para a das 400 mil participações por ano. O que corresponde, em termos relativos, a um crescimento médio anual na ordem dos 2,3 por cento. Verifica-se, portanto, que o acréscimo da criminalidade participada em 2006 (+2%) encontra-se dentro do crescimento médio dos últimos anos. Assim, foram participadas às Forças de Segurança e à Polícia Judiciária mais 7831 ocorrências do que em 2005, número que fica abaixo do registado em 2004 e 2003.

Da análise dos elementos apresentados conclui-se que o aumento global do número de participações verificado em 2006 resultou em larga medida dos aumentos significativos observados em dois grupos específicos de crimes: os crimes ligados à violência doméstica e os crimes rodoviários, que, no seu conjunto, registaram um aumento global de 6541 casos, o que corresponde a cerca de 84 por cento do aumento verificado do número de participações.

O súbito acréscimo nos crimes ligados à violência doméstica, que ascendem a 14.232 (+3.287 casos do que em 2005) surge justificado no relatório pela crescente sensibilização, quer da opinião pública, quer das Forças de Segurança, para a gravidade e dimensão escondida deste fenómeno social, bem como pelas campanhas e acções desenvolvidas pela sociedade civil, de que gostaria de salientar o trabalho desenvolvido pela APAV, e por cada uma das Forças de Segurança.

No caso concreto da GNR, recordo o apoio específico proporcionado às vítimas de violência doméstica nas 249 salas dedicadas espalhadas por todo o território nacional, bem como a criação de um órgão de subespecialização de investigação criminal, que se designou de Núcleo Mulher e Menor (NMUME). Como também recordo a formação ministrada aos elementos da PSP, das parcerias desenvolvidas com entidades de apoio à vítima e da criação de Equipas de Proximidade de Apoio à Vítima (EPAV) existentes em cada um dos Comandos Metropolitanos e Regionais.

Assim, o aumento das participações por violência doméstica pode ser atribuído à crescente sensibilização para esta chaga social e não a um aumento real do fenómeno.

Também no âmbito dos crimes rodoviários destaca-se o crime de "condução com excesso de álcool"; a "condução perigosa de veículo rodoviário" e a "condução sem habilitação legal", podendo também aqui o acréscimo resultar de uma maior proactividade das Forças de Segurança e de uma maior incidência das acções de fiscalização, que importa salientar.

Pelo seu forte impacto social, importa igualmente sublinhar na subida de 2% das participações respeitantes à criminalidade violenta e grave. Ponto relevante neste relatório é o respeitante aos agentes vítimas

de crimes, uma vez que se verifica a diminuição em 35,5 por cento dos elementos que foram alvo de agressões durante o ano transacto, de que saliento o decréscimo de 60 por cento dos agentes da GNR vítimas de agressão.

Em matéria de segurança rodoviária, manteve-se em 2006 a tendência dos anos anteriores de decréscimo do número de acidentes (-4,5 por cento) e de vítimas (-5,5 por cento). Trata-se de uma área em que Portugal continua a ter cifras negras, só transponível através da intensificação das acções de fiscalização e de sensibilização da população.

Para além do trabalho de produção legislativa desenvolvido em 2006 no sentido de aperfeiçoar o quadro legal vigente face aos novos contornos do combate às redes de auxílio à imigração ilegal, à exploração do trabalho clandestino e ao tráfico de seres humanos, foram desenvolvidas acções concretas no âmbito das competências de fiscalização do SEF, quer por sua iniciativa, quer em colaboração com outras forças e entidades nacionais (GNR, PSP, PJ, IGT, Segurança Social) e internacionais (Polícia Espanhola), que importa destacar

Da análise do RASI podemos constatar que tem havido um esforço do Governo e dos serviços e forças de segurança no sentido de intensificar a prevenção da criminalidade e a actividade de fiscalização e de operacionalidade, de que são exemplo as medidas de policiamento de proximidade e comunitário, as acções de fiscalização rodoviária, as acções contra a evasão fiscal e contra o tráfico de droga e as operações sazonais e especiais.

No plano legislativo, o ano de 2006 foi um dos mais profícuos. De facto, foi aprovado um conjunto de diplomas legais de enorme relevo para a melhoria global da eficiência e eficácia do nosso sistema de segurança interna, abrangendo áreas que vão da prevenção primária à repressão da criminalidade organizada transnacional, da política criminal à protecção civil. Entre os domínios que sofreram maiores reformas legislativas destacam-se o da protecção civil e ambiente, o das armas e explosivos e o das fronteiras e imigração.

A criminalidade e a sua variação constituem uma das principais razões de apreensão e instabilidade de qualquer sociedade, pelo que uma baixa taxa de criminalidade constitui naturalmente um excelente indicador de desenvolvimento.

Ontem como hoje não pretendo desenvolver a teoria do "oásis de segurança", mas no que respeita à criminalidade registada, à sua variação comparativa e ao contexto deste fenómeno no plano europeu, o nosso país tem hoje de facto razões para estar confiante. No contexto europeu, Portugal continua a estar no grupo de Estados com valores mais favoráveis em termos criminais, com uma média de crimes por mil habitantes (37) muito abaixo da média europeia e graus de satisfação relativamente à acção policial (67 por cento) ao nível do valor médio registado nos países da UE e acima dos países do Sul da Europa.

Em matéria de segurança interna, não deveremos ser ora optimistas, ora pessimistas em função das circunstâncias, muitas vezes eleitoral. Deveremos sim, ser realistas. Porque quando se fala de segurança interna, falamos de um dos pilares mais importantes de uma sociedade que se traduz no grau de confiança e tranquilidade dos cidadãos face ao Estado.

Socialistas querem ganhar Almada



CONVENÇÃO AUTÁRQUICA

A IDEIA de que o modelo autárquico defendido pelos socialistas deve assentar numa política de proximidade e críticas ao modelo comunista de gestão local marcaram a intervenção do secretário de Estado adjunto e da Administração Local, Eduardo Cabrita, na Convenção Autárquica Anual do PS/Almada, realizada na vila da Sobreda.

Abordando a temática "A nova Lei das Finanças Locais e a Democracia Local", Eduardo Cabrita criticou a gestão autárquica comunista, que disse assentar "em três postulados: desordenamento urbano, financiamento da actividade autárquica e apresentação de obras executadas pelo Governo, como sendo suas".

Ao invés, frisou, o modelo autárquico defendido pelos socialistas tem de estar baseado numa "política de proximidade".

Nesse sentido, defendeu que os

municípios devem receber as competências, os recursos humanos e a correspondente comparticipação financeira, em matéria de educação, saúde, acção social e ambiente, no âmbito da nova geração de políticas autárquicas.

No encerramento da Convenção, o presidente da Concelhia de Almada do PS, Ruben Raposo, disse que esta iniciativa "visa a construção de uma alternativa ganhadora" à gestão comunista nas próximas eleições locais em Almada, em 2009.

"Trabalharemos todos os dias para merecer a confiança dos almadenses, abrindo o Partido Socialista à sociedade civil, capaz de se mobilizar por causas populares, tornando-o respeitado em Almada", disse.

Estiveram presentes nesta Convenção, para além dos oradores, os vereadores e deputados municipais de Almada, bem como os dois presidentes socialistas de Junta de Freguesia (Trafaria e Charneca de Caparica) e membros das 11 assembleias de freguesia.

Nova Secção no Canadá

A SECÇÃO do PS de Winnipeg, no Canadá, inaugurada recentemente com 36 novos militantes e interinamente coordenada pelo camarada José Santos, vai cooperar com o New Democratic Party na província de Manitoba. O objectivo é envolver



mais a comunidade nas actividades políticas e, desta forma, procurar criar novas oportunidades em termos de inserção e resolver melhor os problemas que os portugueses sentem na relação com as autoridades da cidade e da província.

A cooperação entre o PS de Winnipeg e o NDP, partido que detém a maioria no parlamento provincial, foi um dos principais temas abordados num encontro entre o director do Departamento Internacional e de Comunidades do PS, Paulo Pisco, e o coordenador da Secção do PS local, José Santos, e a secretária provincial para a organização Heather Grand-Jury, numa reunião em que participou também Mário Santos, deputado provincial do NDP.

A proposta de cooperação entre as duas estruturas partidárias será

agora apresentada para oficialização na próxima reunião do Conselho provincial do NDP, estrutura que congrega todos os eleitos pela província de Manitoba.

Durante a sua estada no Canadá, Paulo Pisco participou nas celebrações do 10 de Junho na Associação Portuguesa de Manitoba, onde interveio sobre a importância do envolvimento cívico como forma de valorização da comunidade.

Já em Toronto, o director do Departamento de Comunidades do PS reuniu com militantes e simpatizantes da Secção e teve encontros com os deputados de origem portuguesa da província do Ontário Peter Fonseca, do Partido Liberal, e Paul Ferreira, do NDP, com quem discutiu questões relacionadas com a inserção da comunidade portuguesa.

PS mobilizado e consciente do que importa fazer

UNIVERSIDADE DE VERÃO EM SETÚBAL

A Federação de Setúbal do Partido Socialista organizou de 15 a 17 de Junho uma “Universidade de Verão”, a qual teve como principais oradores Mário Soares e Vieira da Silva. O antigo Presidente da República defendeu que Sócrates, a meio do mandato, enfrenta dois grandes desafios: ir ao encontro das aspirações populares e realizar uma excelente presidência da União Europeia. Vieira da Silva, por seu turno, criticou severamente Marques Mendes, por vir agora colocar em causa a decisão de avançar com o TGV, quando foi um governo do PSD a assinar com toda a solenidade um tratado internacional com o Estado espanhol.

A ABERTURA dos trabalhos esteve a cargo do presidente da Federação do PS/Setúbal, Vítor Ramalho, a que se seguiu uma intervenção de Mário Soares, que falou sobre o “Socialismo e o Futuro”. Depois de abordar as grandes questões da actualidade, no plano da política interna, o ex-Presidente da República defendeu que, “a meio do mandato, o Governo Sócrates tem agora dois desafios principais pela frente, que não pode falhar: ir ao encontro das aspirações populares e construir um diálogo com os sindicatos e, através deles, com a esquerda que se pretende alternativa”. O outro desafio, segundo este orador, passa por “realizar uma excelente presidência europeia, num momento que continua a ser de enorme indecisão e dificuldade para a Europa, lançando ideias novas e insistindo nas antigas, como: a Estratégia de Lisboa; a necessidade de uma Constituição para a Europa, que não seja um Tratado mutilado; e as questões ambientais, hoje tão decisivamente importantes”.

Para o primeiro secretário-geral do PS, “ambos os desafios são difíceis e exigem um partido mobilizado e particularmente consciente do que importa fazer. Porque um partido, quando os dirigentes estão no Governo, como é o caso, é um instrumento essencial para o trabalho de alertar quanto ao estado de espírito das populações e para a sua mobilização. Não há

sondagens nem marketing que o possam dispensar”. Mas, avisou, “para isso é preciso estimular a militância e o sentido democrático de comunicação entre a base e o topo e vice-versa”.

Numa intervenção profundamente ideológica, Soares fez a pergunta: “Que tipo de socialismo é hoje possível realizar, com os ventos contrários que ainda sopram, nas nossas sociedades europeias?” A resposta, para o fundador do PS, passa por, “primeiro, não perder o contacto e a confiança com a nossa base social de apoio: os mais desfavorecidos, os mais pobres, os excluídos (desempregados e imigrantes), mas também com as chamadas classes médias, em vias de crescente empobrecimento e desesperança, com os jovens, com os idealistas e os intelectuais”. E, em segundo, “reduzir as desigualdades sociais de modo a libertar as pessoas comuns do medo do futuro, no que respeita ao emprego, à doença, à velhice e às consequentes pensões de reforma, mas também à perda ou adulteração das liberdades conquistadas, no plano cívico e igualmente nos planos da saúde e da educação dos filhos”.

Mendes foi longe de mais na irresponsabilidade política

Os trabalhos prosseguiram no dia seguinte pela manhã com a moderação de Teresa Almeida, go-



vernadora civil de Setúbal, estando esta primeira parte do dia reservada para a apresentação de temas como a educação, qualificação, saúde e emprego, intervenções que estiveram a cargo de Alexandre Rosa e Paulo Pedroso, do ex-bastonário da Ordem dos Médicos Carlos Ribeiro e ainda da ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues.

A parte da tarde, com o painel a ser moderado por Eurídice Pereira, vice-presidente da CCDR de Lisboa e Vale do Tejo, foi reservada, respectivamente, para debater “Que Perspectivas para a Democracia”, tema apresentado por Viriato Soromenho Marques e o “Desenvolvimento Local/Desenvolvimento Regional: os Novos Desafios” em que foram oradores Catarina Marcelino, do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal, Juvenal Silvestre, presidente da Junta de Freguesia de Coia/Barreiro, Maria Leal Monteiro, presidente da CCDR/Alentejo, António Fonseca Ferreira, presidente da CCDR Lisboa e Vale do Tejo, além de Eduardo Cabrita, secretário de Estado Adjunto e da Administração

Interna que também participou neste painel.

O tema que encerrou este segundo dia de trabalhos, com moderação de Luís Gonelha, tratou da “Acessibilidade e Mobilidade” e esteve a cargo de António Sérgio Pessoa, especialista em planeamento e ordenamento do território, Carlos Lopes, presidente do conselho de administração do Porto de Setúbal e Sesimbra, Guilhermino Rodrigues, presidente do conselho de administração da empresa Aeroportos e Navegação Aérea (ANA), Lídia Sequeira, presidente do conselho de administração do Porto de Sines e de Ana Paula Vitorino, secretária de Estado dos Transportes.

No último dia dos trabalhos o tema em debate foi o “Distrito de Setúbal e as Potencialidades Económicas num Mundo Global”, assunto que foi desenvolvido pelo ex-ministro das Finanças do Governo do Bloco Central Ernâni Lopes, cabendo a Vieira da Silva, ministro do Trabalho e da Solidariedade Social e dirigente do PS o encerramento dos trabalhos com fortes críticas ao líder do principal partido da oposição, Marques Mendes, que

acusou de irresponsabilidade política por vir pôr em causa o tratado internacional sobre o TGV, assinado por anteriores governos do PSD com a Espanha.

“O dirigente do maior partido da oposição, partido que, estando no Governo há três anos, assinou um tratado internacional com a Espanha acerca de um investimento conjunto, com datas, com objectivos, com toda a solenidade, acerca da alta velocidade, diz agora que é preciso pôr em causa essas decisões”, afirmou Vieira da Silva, muito crítico em relação ao líder do PSD.

“É ir longe de mais na irresponsabilidade política. É ir longe de mais na incompreensão de que há interesses do Estado que têm de estar acima do combate político”, acrescentou o governante numa vibrante intervenção política na qual defendeu que o Governo do PS tem cumprido todos os desafios a que se propôs, designadamente “recuperar a credibilidade do Estado, pôr fim à mais longa estagnação económica das últimas décadas, que se fez sentir nos últimos cinco anos, e dar coerência e credibilidade à organização das políticas sociais”.

José Lello na reunião do Comité África da IS

O FORTALECIMENTO da democracia em África e a resolução dos conflitos regionais foram os dois principais temas debatidos na reunião do Comité África da Internacional Socialista, que se realizou nos passados dias 15 e 16, em Accra, Gana, com a participação do secretário para as Relações Internacionais do PS, José Lello.

O dirigente socialista considerou que os conflitos em África e os problemas que envolvem as situações eleitorais têm por detrás uma causa comum, relacionada com a pobreza e as condições sociais e económicas em que vivem muitas populações africanas.

Neste sentido, segundo sublinhou, aquele tipo de preocupações estão na linha das que



têm sido manifestadas pelo Governo português no contexto da realização da Cimeira UE/África, na medida em que a União Eu-

ropeia pode dar um contributo de grande importância para a resolução de muitos dos problemas do continente africano.

No âmbito da resolução dos conflitos em África, foi particularmente analisado o caso da Costa do Marfim e a situação do Acordo de Ougadougou, que acabou com o conflito militar e estabeleceu um governo de transição para a preparação de um processo eleitoral democrático.

Foram também analisados os processos eleitorais no Senegal e na Mauritânia, em que um dos principais intervenientes foi o presidente do Comité África da Internacional Socialista, Ousman Tanor Dieng.

De assinalar também a participação dos

representantes do Partido do Congresso Nacional Democrático do Gana, que apresentou a plataforma para as eleições de 2008.

Refira-se que o Gana, que actualmente detém a presidência da União Africana, é um dos países africanos que tem procurado aprofundar o processo democrático e promover o desenvolvimento, o que está a trazer resultados positivos ao nível da governação e do crescimento económico. Neste âmbito, a intervenção do professor John Atta-Milles abordou precisamente a evolução do Gana e do seu futuro, tanto do ponto de vista do fortalecimento das suas instituições e do desenvolvimento económico, como da sua inserção regional.

OPINIÃO

MIGUEL LARANJEIRO
Deputado

As políticas que apoiam os que querem ter mais filhos têm tido o seu efeito nalguns países europeus (ex. França, Suécia) e por muito pequeno que seja o aumento do número de nascimentos, ele terá impactos longos e positivos

NATALIDADE NA UE: UM "SUICÍDIO COLECTIVO"?

I – O DECRÉSCIMO demográfico e o envelhecimento da população estão no topo da agenda europeia¹. Esta realidade está a fazer aumentar progressivamente a pressão nos sistemas de segurança social e nos de saúde. A baixa taxa de natalidade terá também consequências no crescimento económico. Com o PIB a crescer cada vez mais do lado da produtividade e não do aumento do emprego, o potencial de crescimento do PIB da UE-25 cairá dos 2,4 por cento no período 2004-2010 para os 1,2 por cento no período 2031-2050². Veremos ainda aumentar a pressão migratória na fronteira sul da Europa para a qual não estaremos completamente preparados.

Então se o adversário é a demografia, porque não nos preocupamos aprofundadamente com ela?

Em Portugal, o índice sintético de fecundidade é de 1,4 por mulher, quando se sabe que o valor para a renovação geracional é de 2,1. Fazemos parte do grupo de países da UE com uma muito baixa taxa de natalidade. Muitas das causas para o número reduzido de filhos são comuns a todos os países do espaço europeu, a saber, entre outras:

- Questões económicas e financeiras – as diferenças entre os casais que têm e os que não têm filhos aumentam, e os riscos de pobreza depois das transferências sociais são superiores nos casais com filhos³;
- Um investimento crescentemente necessário nos níveis de educação dos mais jovens;
- Instabilidade laboral e pouca confiança no futuro do emprego;
- Um ambiente laboral normalmente agressivo para a maternidade/paternidade, atingindo sobretudo as mulheres;
- Exigência de um empenhamento, por vezes raiando o absurdo, para quem está na vida activa, promovendo o afastamento da família;
- Adiamento da autonomia dos jovens face aos pais;
- Ineficiente resposta do número de creches e de horários das escolas compatíveis com a vida familiar;
- Desestruturação da realidade da família alargada como suporte informal de apoio.

II – Os europeus querem ter mais filhos – desejo médio de 2,3 filhos por casal, contra os 1,5 filhos efectivos. Do que se trata então é como conseguir dar mais liberdade aos casais para que isso aconteça. As mais recentes propostas da UE⁴, muito na linha da Estratégia de Lisboa, vão no sentido de:

- a) Proporcionar uma compensação por custos directos e indirectos associados à família (crianças ou pessoas dependentes a cargo);
- b) Serviços de apoio de qualidade na supervisão e educação das crianças (Compromisso de Barcelona) e no apoio a idosos e pessoas dependentes;
- c) Uma melhor organização do trabalho e das condições de emprego⁵;
- d) Licenças parentais sem prejuízo da carreira profissional e igualdade de oportunidades.

Mas há outras opções que devem ser exploradas, pois as políticas de apoio à família têm um vasto campo de desenvolvimento no mundo contemporâneo. As políticas que apoiam os que querem ter mais filhos têm tido o seu efeito nalguns países europeus (ex. França, Suécia) e por muito pequeno que seja o aumento do número de nascimentos, ele terá impactos longos e positivos.

O Partido Socialista tem uma responsabilidade histórica em enfrentar este problema. Já temos dado passos muito positivos como é o caso do alargamento da rede de apoios sociais (Programa PARES). O debate que irá ocorrer em sede de Concertação Social durante 2007, com a discussão de medidas para a promoção da natalidade, será essencial para o nosso futuro colectivo, com "especial atenção à realidade das empresas e à conciliação da vida familiar com a vida profissional"⁶. É um problema de toda a sociedade, mas os parceiros sociais têm uma importância acrescida na ultrapassagem de alguns dos constrangimentos referidos anteriormente. Precisamos da ambição. Sem o exagero do título, mas com a preocupação que a situação exige em defesa das gerações que nos seguirão.

¹ Desde logo com a apresentação do Documento "Confronting demographic change: a new solidarity between the generations", COM (2005) 94 de 16.03.2005

² SEC (2007) 638 Europe's demographic future: facts and figures, 11.05.07, pág.8-9

³ SEC (2007) 638 Europe's demographic future: facts and figures, Annex I: Country statistics and comments, 11.05.07.

⁴ COM (2007) 244. Promoting solidarity between the generations, 10.05.07.

⁵ Em Portugal o tempo parcial das mulheres é muito inferior à média da UE (17% para os 33% na UE), enquanto o tempo parcial dos homens é idêntico, situando-se nos 7%.

⁶ Acordo sobre a Reforma da Segurança Social – 10.10.2006, Comissão Permanente de Concertação Social. www.ces.pt

Computadores e Internet de banda larga a preços reduzidos

O PRIMEIRO-MINISTRO, acompanhado pelo ministro Mário Lino e pelo secretário de Estado Adjunto das Obras Públicas e das Comunicações, Paulo Campos, apresentou em Lisboa, na escola secundária Eça de Queirós, nos Olivais, o novo programa de acesso a computadores e à Internet de banda larga a preços reduzidos.

A iniciativa, que terá início já a partir do próximo mês de Setembro, e que está integrada no Plano Tecnológico, visa afectar um universo de meio milhão de pessoas até 2010, entre estudantes, professores e formandos do programa Novas Oportunidades.

Conta com a parceria da subsidiária da multinacional norte-americana Microsoft, que se responsabiliza pelo fornecimento dos 500 mil computadores a disponibilizar no âmbito deste programa, aparelhos que estarão equipados com a última geração de software Windows Vista e Office 2007, sendo que a esta empresa deverá ainda juntar-se a Cisco e a Sony Ericsson.

Para José Sócrates, trata-se de uma primeira e importante iniciativa de enorme alcance no combate à iliteracia informática não só ao nível dos grupos etários mais jovens, como é caso dos estudantes, mas também procurando dotar quer os docentes do ensino básico e secundário, quer os formandos do programa Novas Oportunidades com novas ferramentas e meios modernos de aprendizagem, tendo a Microsoft anunciado que vai equipar com a última geração de *software* todos os



computadores a disponibilizar no âmbito deste projecto.

Num futuro breve, garantiu o primeiro-ministro, a iniciativa será igualmente estendida às empresas, dando deste modo consistência a uma acção que se pretende cada vez mais abrangente e ao alcance dos mais variados sectores da sociedade, assim como também está previsto, sublinhou, a criação de conteúdos, aspecto que o chefe do Governo rotulou de particularmente importante.

O protocolo assinado entre a multinacional e o Governo prevê que a Microsoft disponibilize no *site* www.literaciadigital.pt o currículo de todos os formandos do Programa Novas Oportunidades, que obtiverem êxito nos seus cursos, certificando-os em tecnologias da informação e comunicação, facto que lhes permite passarem a obter automaticamente o reconhecimento oficial ao nível do 9º ano de escolaridade.

Este programa, como recordou o primeiro-ministro, será principalmente financiado pelas contrapartidas resultantes do protocolo estabelecido entre o Estado e os operadores de comunicações móveis, acordo contratualizado em 1999 a propósito do lançamento dos telemóveis da terceira geração.

Este acordo prevê a criação de um fundo no Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, fundo esse que será constituído pelas verbas canalizadas pelos três operadores de comunicações móveis instalados no mercado, TMN, Vodafone Portugal e Optimus, e que na altura foram avaliadas em cerca de 1300 milhões de euros, resultantes dos compromissos assumidos pelas empresas de telecomunicações móveis para com a Sociedade de Informação criada na altura da atribuição do concurso de UMTS (terceira geração de rede móvel). R.S.A.

Faro vai ter oito novos equipamentos sociais

O CONSELHO Municipal de Acção Social em Faro deu parecer favorável aos projectos de construção de oito novos equipamentos sociais no concelho, nomeadamente centros de dia, lares de idosos e creches, num investimento que ronda os cinco milhões de euros.

Em comunicado de Imprensa, a Câmara Municipal de Faro, sob proposta do seu presidente José Apolinário, anunciou que vai aumentar em "30 por cento os lugares em creches, centros de dia, bem como lares de idosos", dando luz verde a oito projectos.

Os projectos, candidatos ao Programa de Alargamento de Equipamentos Sociais (PARES II) vão ter um investimento de 5416 milhões de euros, lê-se na nota de Imprensa.

Um Centro de Dia para Doentes de Alzheimer vai ter um investimento de 510 mil euros.

Um outro projecto com parecer



favorável foi feito pelo Núcleo Regional de Faro da Associação Portuguesa de Paralisia Cerebral, com um lar residencial e residência autónoma, que contará com cerca de 500 mil euros.

A Santa Casa da Misericórdia de Faro avançou com a candidatura para um lar de terceira idade, com apoio domiciliário e o investimento

será perto de dois milhões de euros.

Uma creche em Santa Bárbara de Nexe (216 mil euros), outra no Vale da Amoreira (274 mil euros), em Montenegro (761 mil euros) e nas Gambelas, junto à Universidade do Algarve, (306 mil euros), são os restantes projectos que obtiveram parecer favorável do Concelho Municipal de Acção Social.

César defende consolidação e aprofundamento da autonomia regional

Fazer do Estatuto Político-Administrativo dos Açores “uma verdadeira Carta Autonomómica” é o desígnio declarado pelo presidente do Governo regional, Carlos César, na sessão solene evocativa da autonomia açoriana.

NO DISCURSO que proferiu na ilha do Pico, César defendeu que “o exercício da democracia participativa por parte dos açorianos deverá sair reforçado desta reforma estatutária, através da regulamentação do referendo regional e da consagração da iniciativa legislativa popular, bem como da reformulação do círculo eleitoral dos açorianos não residentes”.

E acrescentou que “novas formas de cooperação, e mesmo de delegação de competências, entre os governos da Região e da República, devem ser potenciadas sem complexos, inclusive ao nível da política externa, densificando assim o direito dos açorianos de participação e co-definição de grandes opções nacionais”.

Na opinião de Carlos César, é através desta reforma estatutária que os açorianos deverão “consagrar a prerrogativa da criação de entidades administrativas independentes, de provedores sectoriais regionais, garantir o direito de auto-regulação do estatuto dos titulares dos órgãos de governo



próprios e estabelecer também a limitação de mandatos do Presidente do Governo Regional”.

Focou depois os avanços da região e da sua afirmação no

mundo nas últimas três décadas, concluindo enfático: “já ninguém pode travar este percurso afirmativo, porque já não é possível apagar a flama da nossa cultura

ou o caminho da nossa história que o Abril da democracia tanto fortaleceu”.

Após vincar que “são mais os que procuram viver, trabalhar e

visitar esta região do que os dela que saem actualmente”, Carlos César afirmou categórico que “os Açores estão tão diferentes e para melhor”, ressaltando de seguida que tal não significa que se tenha alcançado a prosperidade almejada pelos açorianos.

“Não interpretamos o interesse regional como um indicador gerado a partir de uma parcela do território, mas sim como um estágio progressivo em que devem ser beneficiários, tendencialmente, todos e não apenas alguns dos açorianos”, clarificou, manifestando todo o empenho dos socialistas açorianos em actuar no quadro de um modelo de desenvolvimento fundado no correcto aproveitamento dos recursos naturais, na modernização e na diversificação, no paradigma da qualidade, no aumento da produtividade e da criação de empregos, na sustentabilidade dos apoios sociais, na valorização das pessoas, na responsabilização de empresas e cidadãos e no aprofundamento e consolidação da autonomia.

Numa cerimónia em que foram impostas as insígnias honoríficas açorianas, o presidente do Governo Regional saudou todas as personalidades presentes na sessão, endereçando um cumprimento especial ao presidente da Assembleia da República, Jaime Gama, açoriano da Fajã de Baixo. **M.R.**

Candidato do PS promete pagar as dívidas da CML abaixo de cinco mil euros até Outubro

O compromisso de pagar até Outubro todas as pequenas dívidas da autarquia a fornecedores, de montante abaixo dos cinco mil euros, foi assumido no dia 13 por António Costa na apresentação do seu programa eleitoral. Entre as medidas anunciadas, destacam-se as que vão no sentido de diminuir a circulação automóvel e a criação de um conselho consultivo destinado a dar pareceres sobre os grandes projectos para a capital.

NO ENTANTO, António Costa alertou que só poderá assegurar o cumprimento integral do seu programa, caso obtenha maioria absoluta nas eleições intercalares de 15 de Julho próximo.

É que, explicou, “se não tivermos as necessárias condições de governabilidade, estaremos dependentes da vontade dos nossos adversários. Dos lisboetas depende ou não termos as condições necessárias para cumprir o programa”.

O candidato socialista lembrou que o PCP “já disse que não governará” com o PS, acrescentando que, neste contexto, os lisboetas “não deverão ficar numa situação

política de incerteza”.

Entre as propostas de António Costa, de curto prazo, para o saneamento financeiro da Câmara, está a garantia de pagar todas as pequenas dívidas do município a fornecedores até Outubro.

Segundo as contas do candidato, existem 2500 dívidas de valor até cinco mil euros que poderão, a curto prazo, ser saldadas, no âmbito do programa de saneamento financeiro que se propõe aprovar na Câmara até Outubro, e que inclui, entre outras medidas, a diminuição “drástica” de assessorias externas, a “moralização” da realização de trabalho extraordinário e uma “redução em todas as áreas de



dez por cento da despesa corrente prevista até ao final do ano”.

Entre as medidas prioritárias que constam do programa eleitoral “Unir Lisboa” está a diminuição do tráfego automóvel. Nos planos de António Costa está o alargamento de períodos e de

zonas encerradas ao trânsito e o aumento da “fiscalização e repressão do estacionamento selvagem, particularmente nos bairros residenciais e no centro da cidade”.

O candidato socialista quer ainda colocar os peões no centro da política de mobilidade, propondo,

nomeadamente, melhorar as vias pedonais, aumentar os períodos de semáforo verde e fomentar zonas fechadas ao trânsito para convívio, desporto e comércio.

“A política municipal deve ter como prioridade sarar as feridas causadas à cidade pelo automóvel”, frisou, adiantando que é preciso reactivar linhas de eléctricos e criar mais corredores bus.

Por outro lado, António Costa pretende ainda penalizar do ponto de vista fiscal os senhorios com habitações devolutas e a criação de um Conselho Consultivo Municipal, com personalidades da cidade, destinado a dar pareceres sobre os grandes projectos urbanos para a capital.

No âmbito da simplificação administrativa, o candidato do PS propõe a criação do programa Simplis, o Simplex para Lisboa, e uma via verde no licenciamento para as obras de reabilitação e para os projectos que tenham um impacto relevante na criação de emprego ou importância estratégica. **J. C. C. B.**

OPINIÃO

A ESQUERDA NO COMBATE À POBREZA (IV)
A FAMÍLIAVENTURA LEITE
Deputado do PS

Entendo que não devemos escrever para o "AS" apenas sobre aquilo em que estamos todos de acordo! Essa não seria, na minha concepção, uma postura pró-activa de esquerda!

COMO deixei implícito em artigo anterior, a família é a primeira das redes sociais indispensáveis ao ser humano. Nela nasce e adquire muito do que é essencial para a sua capacidade de se integrar na sociedade.

Em princípio, todas as forças políticas aceitam o papel central da família na sociedade. Digo em princípio, porque na prática a situação é bem diferente.

Olhando para dentro do PS, há quem tenha uma posição de reserva sobre o papel da família na sociedade moderna. Alguns consideram que o elemento central das políticas de um partido de esquerda deve ser o indivíduo e não a família. Para esses, colocar a família no centro das políticas sociais, corresponde a uma posição típica de direita.

Trata-se, a meu ver, não de uma postura ideológica (não conheço qualquer suporte científico-filosófico para uma tal posição) mas de um simples preconceito político herança do Estado Novo, onde a direita e a Igreja exploraram a instituição família no interesse do regime político. Hoje, nem a direita se libertou ainda dessa imagem.

Este preconceito tem vindo a manter-se e a impedir uma modernização da acção política em direcção à família.

No fundo, há um pseudo-pensamento de esquerda que considera a família assunto da direita (e da Igreja), enquanto considera os trabalhadores e as minorias como património e assunto da esquerda! É o mesmo pensamento que considera que exigir autoridade na escola e dar autoridade aos professores, ou defender que se cante o hino nacional nas escolas e se incentive o sentimento patriótico é um discurso de direita! Um país assim está mais amarrado a um passado do que a um projecto convicto de futuro!

Esta introdução serve para declarar que acabo de entrar em terreno definitivamente controverso nestes meus artigos sobre a estratégia da esquerda no combate à pobreza. Era inevitável, porquanto entendo que não devemos escrever para o "AS" apenas sobre aquilo em que estamos todos de acordo! Essa não seria, na minha concepção, uma postura pró-activa de esquerda!

No nosso discurso (PS e Governo), a família é alvo de preocupação, e diversas são as medidas que são anunciadas como destinadas à apoiar as famílias.

No entanto, falta uma perspectiva integrada da política e das diferentes medidas. O contra-argumento é o de que as políticas e medidas para a família são transversais, pelo que não devem estar localizadas num só órgão do Governo!

Errado!

Outras áreas da governação implicam transversalidade e têm um ministério próprio. A economia, a educação, o ambiente, etc.

Artigo 67º da Constituição da República Portuguesa
1- A família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado....

2- Incumbe ao Estado, para protecção da família:
g) Definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global e integrado.

O que aprendemos com a nossa Constituição! Foi esta a expressão de José Sócrates quando, de Constituição na mão, intervinha numa conferência parlamentar no dia em que se anunciou a apresentação de uma proposta de lei para promover a paridade entre homens e mulheres nos órgãos políticos!

Realmente, o que aprendemos com a nossa Constituição!

Num breve relance sobre outros governos europeus, "obviamente mais atrasados", verifica-se, por exemplo:

O Governo britânico tem um ministro que tem a seu cargo a exclusão social!

Na Alemanha, há uma ministra para os assuntos da família (tal como no Governo anterior social democrata)!

Em Itália também! O slogan do ministério é: Cresce a Família, Cresce a Itália!

Em países como a Suécia ou a Bélgica, os assuntos da família e outras questões sociais não estão misturadas com questões do trabalho e da segurança social!

Nestes dois países, as matérias da integração social e imigração estão nas mãos de ministras que, por coincidência, são descendentes de emigrantes africanos!

Não sei se me fiz entender? No próximo artigo serei mais explícito.

Comprar casa vai ser mais fácil e mais barato

GOVERNO APROVA PROJECTO "CASA PRONTA"

O PROJECTO "Casa Pronta", que simplifica e elimina procedimentos na compra e venda de imóveis através da realização de todas as operações e actos necessários num único balcão, vai ter uma experiência-piloto em cinco municípios, prevendo-se o seu alargamento a todo o país a partir de final do ano.

Aprovada em Conselho de Ministros, esta medida, inserida no programa Simplex, para "simplificar a vida ao cidadão", prevê uma redução acima dos 30 por cento nas taxas de compra de habitação e também uma diminuição de custos na transmissão de imóveis.

Em conferência de imprensa, o ministro da Justiça, Alberto Costa, anunciou que o projecto "Casa Pronta" vai permitir a concentração de todos os procedimentos e actos necessários à compra de uma casa num só local – Conservatórias do Registo Predial ou nas Lojas do Cidadão.

Por sua vez, o secretário de Estado da Justiça, João Tiago Silveira, afirmou que, além da simplificação de processos e da poupança em papel e procedimentos para o Estado, haverá também "vantagens" para os cidadãos porque os preços das taxas vão baixar.

Assim, em vez do actual custo médio de 947,83 euros, a que se acrescentam impostos, os cidadãos



vão passar a pagar 650 euros, mais impostos, no caso de compra de casa com recurso ao crédito – menos 31 por cento do actualmente.

O preço ainda desce mais, até aos 450 euros, mais impostos, se a compra da casa se fizer recorrendo a uma conta Poupança-Habitação.

Sem recurso a crédito, os encargos actuais são, em média, de 557,18 euros, mais impostos, mas com a "Casa Pronta" esse custo é reduzido até aos 35 euros.

Se a aquisição for feita com conta poupança-habitação o valor desce ainda mais, até aos 230 euros, mais impostos.

Com este programa passa a ser possível fazer num só momento e num único local todos os actos da compra e venda do imóvel e pagar logo os impostos devidos, como o

O projecto prevê uma redução de 30 por cento nas taxas de compra de habitação

Imposto Municipal sobre Imóveis e o Imposto de Selo.

Outra novidade do programa é a informatização dos processos. Tanto o contrato como as certidões de registo civil e comercial passam a ser obtidos por via informática.

É igualmente eliminada a necessidade de obtenção de certidões relativas às licenças e actos camarários, como licenças de habitabilidade, evitando-se deste modo deslocções às autarquias.

Portugal entre os dez países onde é mais rápido constituir empresas

CONTINUA em velocidade de cruzeiro a iniciativa do Governo do PS "Empresa na Hora", totalizando já 60 postos de atendimento espalhados pelo país.

Destá vez chegou a hora para a Conservatória do Registo Civil, Predial e Comercial de Seia, e das Conservatórias de Registo Predial e Comercial de Águeda, de Elvas e de Torres Vedras terem os seus postos de atendimento da "Empresa na Hora".

Saliente-se que de acordo com o relatório Doing Business 2005/2006, do Banco Mundial, Portugal está entre os 10 países onde é mais rápido constituir empresas, devido ao projecto "Empresa na Hora", implementado pelo Ministério da Justiça.

Assim, segundo um comunicado do Ministério da Justiça, "reforça-se a capacidade de resposta do serviço Empresa na Hora e garante-se a contínua cobertura de várias zonas do território nacional".

Em Abril de 2007 eram já 56 postos de atendimento, que cobriam todos os distritos de Portugal Continental e as regiões autó-



nomas dos Açores e da Madeira.

Até finais de Junho, o serviço "Empresa na Hora" vai estar disponível em mais quatro novos locais de atendimento a funcionarem em Conservatórias de Registo Comercial em várias zonas do país.

Deste modo, os cidadãos de Alcácer do Sal e Vila Real de Santo António vão ter a possibilidade de constituir as suas empresas na hora. Para tal bastará dirigirem-se às Conservatórias do Registo Ci-

vil, Predial e Comercial das duas localidades.

Também Figueira da Foz e Santiago do Cacém, nas respectivas Conservatórias do Registo Predial e Comercial, passam a ter o mesmo serviço.

Desde o início do projecto, em Julho de 2005, e até 31 de Maio deste ano, foram já lançadas 28.007 empresas com um tempo médio de 49 minutos para a sua constituição.

CEIA DA SILVA, PRESIDENTE DA FEDERAÇÃO

“Governo trouxe novas bandeiras para o distrito”



O “trabalho atempado” que tem vindo a ser realizado, através de fóruns, colóquios e outras iniciativas, em conjunto com os autarcas socialistas, é apontado por Ceia da Silva como a melhor estratégia para o PS alcançar um bom resultado no distrito nas próximas eleições autárquicas.

Em entrevista ao “Acção Socialista”, o presidente da Federação de Portalegre elogia o Governo pelas “novas bandeiras” que trouxe para o distrito, que se traduzem num conjunto de projectos estruturantes capazes de impulsionar o desenvolvimento económico e social, e considera ainda que a acção determinada do primeiro-ministro é motivo de orgulho para os socialistas.

J.C. CASTELO BRANCO

Que iniciativas têm sido promovidas pela Federação?

A Federação tem promovido um conjunto de iniciativas viradas principalmente para o exterior, para a comunidade, com a participação de independentes, das forças vivas da região e da sociedade, que se traduziram na realização de um conjunto de debates importantes,

a nível da região, como o PROT, as acessibilidades, o ambiente. O objectivo é que o PS seja uma força mais dinâmica e assim possa assumir a liderança no distrito.

E que acções estão previstas a breve prazo?

No âmbito do nosso plano de actividades, vamos realizar no início da “rentrée”, em Setembro, um grande colóquio sobre emprego,

que é o mais grave problema do distrito de Portalegre. Nós precisamos, portanto, de estimular a actividade económica, que passa por incentivar os empresários mais dinâmicos e de renome nacional e internacional a investir no distrito de Portalegre.

E temos também até ao final do ano agendado outro importante colóquio sobre educação, porque consideramos que é preciso cimentar a educação desde o pré-escolar até ao ensino superior, nomeadamente através do politécnico. É importante e crucial dar uma especial atenção ao ensino, pela importância que assume na formação e desenvolvimento dos nossos jovens.

Como tem decorrido a renovação dos órgãos federativos?

Nos novos órgãos eleitos no último Congresso da Federação, nomeadamente na Comissão Política, houve uma renovação que suplantou os 50 por cento. Felizmente, há um conjunto de militantes mais jovens com muito valor que hoje

têm assento nos órgãos e que é importante captar para a vida partidária. Procurou-se, em suma, na composição dos órgãos federativos fazer uma síntese entre juventude e experiência, não deixando de lado aqueles que deram muito ao partido ao longo de vários anos e que são importantes para o futuro. Usando uma linguagem futebolística poderia dizer que temos uma equipa coesa onde a juventude e a experiência têm o seu lugar.

E quanto às mulheres, tem sido respeitada a obrigatoriedade estatutária da inclusão de um terço nas listas?

Com certeza. Em todos os órgãos e em todas as áreas de intervenção da Federação temos cumprido, com muito gosto, os estatutos nesse domínio, havendo uma intensa participação das militantes na nossa actividade política. Temos um Departamento Federativo das Mulheres Socialistas, que funciona muito bem, muito activo e dinâmico, e que é superiormente coordenado

“As câmaras socialistas têm vindo a realizar um trabalho extremamente meritório ao longo dos últimos 30 anos que tem permitido elevados níveis de coesão no distrito”

pela nossa camarada Piedade Murta. E isto permite que as mulheres possam ocupar por direito próprio o lugar que merecem na vida do partido, o que tem constituído uma mais-valia a vários níveis.

O desemprego e a desertificação são os principais problemas do distrito. De que forma é que as câmaras socialistas do distrito têm procurado combater este flagelo?

As câmaras socialistas têm vindo a realizar um trabalho extremamente meritório ao longo dos últimos 30 anos que tem permitido elevados níveis de coesão no nosso distrito. Temos hoje um conjunto de equipamentos sociais, culturais e desportivos que muito se devem ao esforço e à dinâmica dos autarcas do PS, quer das câmaras quer das juntas. Por outro lado, penso que o novo QREN vai trazer novas oportunidades e novos desafios, nomeadamente no que respeita ao esforço que hoje as câmaras têm vindo a desenvolver no sentido



“Precisamos de estimular a actividade económica que passa por incentivar os empresários mais dinâmicos e de renome nacional e internacional a investir no distrito de Portalegre”

“Considero notável e histórico o desempenho do nosso camarada José Sócrates ao longo destes dois anos à frente do Governo”

da melhoria da qualidade de vida, desde o ambiente à promoção de emprego.

No que respeita ao emprego, é preciso quebrar alguns mitos. De facto, o distrito tem um problema grave de desemprego, mas também se debate com a falta de pessoas e, por isso, é preciso estimular a fixação de cidadãos, sejam nacionais ou estrangeiros, que tragam mais-valias para o desenvolvimento sustentado do distrito.

E quanto à acção do Governo relativamente ao distrito de Portalegre?

Eu queria sublinhar o trabalho consequente de novas bandeiras para o distrito que tem sido realizado por este Governo. E entre as novas bandeiras, destaco alguns projectos como a nova plataforma logística do Caia, em Elvas, o comboio de mercadorias de Sines até Madrid, que pára em Elvas, na zona do Caia, e o TGV que terá uma estação no Caia. Com estes projectos estruturantes, eu penso que teremos condições para que os mais diversos produtos da nossa região possam chegar com mais facilidade à Europa e assim ter melhores possibilidades de escoamento, aumentando a rentabilidade.

Ainda por decisão deste Governo, estão já a avançar as obras da construção da escola de formação

da GNR, a nível nacional, bem como estão também a avançar as obras da escola de hotelaria e turismo, em Portalegre, e que é uma nova estrutura decisiva para que numa área como turismo que vai crescer imenso no Alentejo, e no Norte Alentejano em particular, possamos ter recursos humanos qualificados.

De salientar ainda que este Governo criou na cidade de Ponte de Sor a plataforma aérea de combate a todos os incêndios. Mas, para além destes projectos, em todos os concelhos têm havido intervenções pontuais ao nível do Governo.

Qual a estratégia para que o PS consiga obter os melhores resultados nas próximas eleições autárquicas no distrito?

Eu penso que temos a felicidade de ter no distrito o secretário nacional do PS para as Autarquias, o nosso camarada Miranda Calha, que tem uma visão correcta daquilo que deve ser a estratégia. Neste quadro, tem sido realizado um trabalho atempado, a nível nacional, em conjunto com os nossos autarcas, através da realização de fóruns, debates e um vasto conjunto de reuniões e encontros, no pressuposto de que as eleições autárquicas não podem ser preparadas a três ou quatro meses da sua realização.

No nosso distrito também esta

metodologia de trabalho atempado tem sido seguida, pois só assim teremos uma estratégia ganhadora consentânea com os novos desafios que se colocam ao poder local. Neste âmbito, gostaria de destacar a realização de um Fórum Autárquico no distrito de Portalegre em finais de Setembro.

Que análise faz dos dois anos de Governo do PS?

Faço uma análise bastante positiva. E destaco o grande carácter e a grande determinação revelados pelo Governo, liderado pelo nosso camarada José Sócrates, num conjunto de matérias que eram decisivas para Portugal. Temos um Governo que pela sua acção, tenho a certeza, vai ser reconhecido daqui a alguns anos, porque tem conseguido conciliar o saneamento financeiro e a consolidação das nossas contas públicas, com medidas de rigor e austeridade, ao mesmo tempo que mantém como prioridade a defesa intransigente do nosso Estado Social, uma conquista civilizacional tão cara a todos os socialistas.

Como avalia o desempenho do primeiro-ministro, José Sócrates?

Considero notável e histórico o desempenho do nosso camarada José Sócrates ao longo destes dois anos à frente do Governo. O

primeiro-ministro tem tido uma acção corajosa e determinada que hoje é reconhecida pela sociedade em geral e isso deixa os socialistas muito orgulhosos.

Qual tem sido, em traços gerais, a actividade dos deputados do PS eleitos por Portalegre?

Em termos de Parlamento, gostaria de sublinhar que tem sido determinante e decisiva para mim a oportunidade de trabalhar com Miranda Calha, um dirigente do PS de grande mérito e parlamentar com uma vasta experiência, nomeadamente nas diversas comissões a que tem presidido e ainda na sua acção internacional.

Mas é importante dizer que nós, deputados eleitos por Portalegre, temos estado muito atentos à vida e aos problemas do distrito. Fomos os primeiros deputados a criar, a nível do Parlamento, uma “newsletter” que é enviada por e-mail para todas as associações, instituições, autarquias do distrito de Portalegre. E estamos neste momento a criar um banco de dados que nos permita chegar a toda a população, que é o nosso grande objectivo.

Assim, através da “newsletter” pode constatar-se que a nossa acção tem-se concretizado num vasto conjunto de iniciativas legislativas, bem como nos requerimentos que temos apresentado e ainda

na intervenção que temos tido nas comissões da Assembleia da República de que fazemos parte. Uma acção que tem tido como preocupação central a defesa do distrito de Portalegre.

O que é ser socialista, numa conjuntura marcada pelo neo-liberalismo e pelo ataque continuado e sistemático ao papel do Estado na sociedade e na economia.

Ser socialista na actual conjuntura é continuar a acreditar que com coragem e determinação é possível a melhoria da qualidade de vida das pessoas, com uma forte intervenção junto dos mais carenciados da nossa sociedade, que precisam de um forte apoio do Estado.

Ser socialista, no actual momento, é apostar no desenvolvimento económico e numa mais correcta redistribuição da riqueza, com um particular enfoque nos mais desfavorecidos. Isso é de facto ser socialista.

Há alguma mensagem que gostasse de deixar aos militantes do distrito de Portalegre?

Eu gostava de apelar aos militantes para que estejam mobilizados na defesa do Governo que tem tido uma acção determinada e corajosa. E ainda que colaborem activamente com os autarcas socialistas no distrito.

Deputados eleitos na X Legislatura pelo circulo eleitoral de Portalegre

Newsletter n.º 2/2007

Renovamos a nossa especial atenção para reforçar o contacto com os nossos eleitores.

Esta tarefa, que nos parece essencial, terá logicamente de contar com o contributo dos nossos concidadãos e nesse sentido iremos criar um site e um e-mail para podermos receber as vossas propostas.

Queríamos transmitir-vos a certeza de que a nossa acção política em prol do Distrito tem tido repercussões interessantes por parte do Governo, presidido por S. Ex.^a, o Eng. José Sócrates.

Em articulação com as forças vivas da Região ganhámos recentemente algumas realidades valiosas em relação ao futuro:

- A construção, a nível nacional, do novo Quartel do Agrupamento de Instrução de Praças da GNR;
 - A Escola de Hotelaria e Turismo;
 - A colocação de uma viatura VMER ao serviço do Distrito.
- Contamos ainda com novos desafios e bandeiras que, disso estamos convictos, serão concretizados brevemente.
Miranda Calha / Ceia da Silva

Alguns Requerimentos Apresentados

Parque Natural da Serra de S. Mamede

Considerando a importância estratégica do Parque Natural da Serra de S. Mamede no contexto do desenvolvimento global do norte alentejano;

Considerando o potencial turístico daquela região;

Considerando o investimento realizado no edifício e anexos da respectivo Parque, sito nos Olhos d'água, na Portagem, Concelho de Marvão.

Vimos, nos termos regimentares e constitucionais, solicitar a S. Ex.^a, o Sr. Ministro do Ambiente, respostas para as seguintes questões:

- Qual a funcionalidade prevista para aquela estrutura edifício e anexos do Parque?
- Que perspectivas existem em relação à sua abertura?
- Que possibilidades se prevêem para a instalação naquele espaço do Parque Temático das Energias Alternativas?

Barragem do Abrilongo

Considerando que a Agricultura é uma Actividade Económica estruturante para o distrito de Portalegre.

- Tendo por base a importância das barragens para a Agricultura de Regadio.

- Tendo em conta o investimento realizado na construção da Barragem do Abrilongo.

Vimos pelo presente nos termos constitucionais e regimentais, solicitar a S. Ex.^a, o Sr. Ministro da Agricultura, Pescas e Desenvolvimento Rural, resposta à seguinte questão:

Para quando a implementação do sistema de rega para a Barragem do Abrilongo, fundamental para a região e que servirá a Associação de Regantes do Rio Xévara?

Ponte do Traçado Alter do Chão / Ponte de Sor

- Sendo fundamental para a Região o Desenvolvimento industrial verificado em Ponte de Sor nos últimos anos.

- Tendo em conta a importância da ligação IC 13 – Galegos / Ponte Vasco da Gama.

- Atendendo à ligação Portalegre Alter do Chão I Portalegre que está a ser construída.

Vimos pelo presente nos termos constitucionais e regimentais, solicitar a S. Ex.^a, o Sr. Ministro das Obras Públicas, resposta à seguinte questão:

Qual a perspectiva de construção de uma nova ponte que substitua, no traçado Alter do Chão / Ponte de Sor, a Ponte Romana de Vila Formosa, que tendo em tonta a sua antiguidade já não comporta a passagem a viaturas com mais de 20 toneladas, condição adequada para a sua travessia.

Água no Distrito de Portalegre

- Tendo por base as estruturas criadas em termos Nacionais e regionais para o bom abastecimento de água às populações.

- Considerando que o trabalho realizado pelo Governo em consumo com as autarquias foi excelente no abastecimento de água em Alta.

Vimos pelo presente nos termos constitucionais e regimentais, solicitar a S. Ex.^a, o Sr. Ministro do Ambiente, resposta à seguinte questão:

- Que está perspectivado em termos de abastecimento de água em baixa no distrito de Portalegre?

Forças de Segurança no Distrito de Portalegre

- Tendo o Governo previsto uma reorganização do funcionamento das torças de segurança.

- Considerando a estrutura territorial específica do Distrito de Portalegre.

- Tendo por base a eficiência e qualidade dos serviços ali instalados nesta área.

Vimos pelo presente nos termos constitucionais e regimentais, solicitar a S. Ex.^a, o Sr. Ministro de Estado e da Administração Interna, resposta à seguinte questão:

- Qual a perspectiva de reorganização do funcionamento das forças de segurança previstas para o Distrito de Portalegre?

Recuperação das Muralhas de Marvão

- Considerando a candidatura de Marvão a Património da Humanidade.

- Tendo por base a eleição daquela localidade para poder vir a ser uma das 7 Maravilhas de Portugal.

- Contando que a recuperação do seu Património histórico e Patrimonial será fundamental para a prossecução daqueles objectivos.

Vimos pelo presente nos termos constitucionais e regimentais, solicitar a S. Ex.^a a Sra. Ministra da Cultura, resposta à seguinte questão:

- Qual a perspectiva de aprovação da Candidaturas ao POC da recuperação das Muralhas de Marvão?

Resposta a Requerimentos

Ligação Arronches / Elvas

Na sequência do V. Ofício n.º 913/MAP, de 30 de Janeiro, relativo a assunto mencionado em epígrafe, encarrega-me Sua Excelência o Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações de informar V. Exa. que o primeiro troço da via em questão, entre Arronches e o limite com o Concelho de Elvas se encontra em bom estado de conservação, resultado de uma intervenção recente. O outro troço, entre o limite com o Concelho de Arronches e Elvas, encontra-se na jurisdição da Câmara Municipal de Elvas, cabendo a essa entidade qualquer intervenção no mesmo.

Aquisição e instalação de uma viatura VMER

No sentido de habilitar os senhores Deputados Miranda Calha e Ceia da Silva (PS) com as informações solicitadas, cumpre-me transmitir a V. Exa. que até ao final do primeiro semestre do corrente ano, será instalado uma Viatura Médica de Emergência e Reanimação (VMER) sedeadada no Hospital de Portalegre.

Projectos Turísticos PEN, PIN, PIT

Encarrega-me S. Ex.^a o Ministro da Economia e da Inovação, no seguimento do requerimento supra citado, de informar que:

1. Relativamente a "Qual o enquadramento dos projectos turísticos numa área que não é considerada PENT".

- O Plano Estratégico Nacional de Turismo (PENT), uma iniciativa do Governo, da responsabilidade do Ministério da Economia e da Inovação, define as acções para o crescimento sustentado do Turismo Nacional nos próximos 10 anos e orienta a actividade do Turismo de Portugal, ip, a entidade pública central do sector.

- O PENT sintetiza as conclusões dum diagnóstico ao Turismo Nacional e formula os objectivos e linhas de desenvolvimento estratégico para o sector, materializados em 5 eixos estratégicos através de 11 projectos de implementação.

- Salienta-se que é aliás, uma forte preocupação do PENT o desenvolvimento de regiões tradicionalmente deprimidas e para as quais o turismo se revela uma forma privilegiada de desenvolvimento.

É pois por isso que no PENT são propostos cenários de desenvolvimento para cada uma das regiões do país, em função das suas características próprias.

2. Relativamente a "Que possibilidade encerra a Região para o Desenvolvimento de Projectos PIN ou PIT";

- Através da RCM 95/2005, o Governo define que "... podem ser reconhecidos como projectos PIN aqueles que, sendo susceptíveis de adequada sustentabilidade ambiental e territorial, representem um Investimento global superior a 25 milhões de euros e apresentem um impacte positivo em pelo menos quatro dos seguintes domínios:

- a) Produção de bens e serviços transaccionáveis, de carácter inovador e em mercados com potencial de crescimento;
- b) Efeitos de arrastamento em actividades a montante ou a jusante, particularmente nas pequenas e médias empresas;
- c) Interação e cooperação com entidades do sistema científico e tecnológico;
- d) Criação e ou qualificação de emprego;
- e) Inserção em estratégias de desenvolvimento regional ou contribuição para a dinamização económica de regiões com menor grau de desenvolvimento;
- f) Balanço económico externo;
- g) Eficiência energética e ou favorecimento de fontes de energia renováveis.

- Define ainda, na mesma RCM, que "... podem, ainda, ser reconhecidos como PIN projectos de valor igualou inferior a 25 milhões de euros desde que tenham uma forte componente de investigação e desenvolvimento, de inovação aplicada ou de manifesto interesse ambiental.

- PIT (Programa de Intervenção Turística) é um mecanismo de apoio financeiro a Projectos de natureza pública.

Acreditar no distrito de Portalegre



O PS EM PORTALEGRE

FEDERAÇÃO

COMISSÃO POLÍTICA

Albano Silva
 Amílcar Santos
 Ana Cristina Lages
 António Augusto Candeias
 António Barrocas Guerra
 António Chaparro
 António da Cal
 António José Freire
 António Louro
 António Realinho
 António Sedas
 Arménio Mendes Toscano
 Carlos Canário Raimundo
 Catarina Dias
 Cláudia Contenda
 Fábio Cid
 Firmino Roma
 Francisco Felício Louro
 Francisco Pepino Fonenga
 Francisco Silva
 Francisco Simão
 Gil Palmeiro Romão
 Ilda Veríssimo
 Isabel Raminhas
 Jaime Ceia
 Jaime Estorninho
 João Augusto Alexandre
 João Camelo
 João Graça Pina
 João Manuel Nabeiro
 João Marciano Monteiro
 João Realinho
 Jorge Costa
 Jorge Grifo
 Jorge Martins de Jesus
 Jorge Santos
 José António Rasquinho
 José Chambel Tomé
 José Correia da Luz
 José Pio
 Júlio Miranda Calha
 Luís Moreira Testa
 Marco Oliveira
 Maria Alexandra Capão

Maria Conceição Carpinteiro
 Maria da Conceição Grilo
 Maria Leal Monteiro
 Mário de Jesus Matos
 Mário Marques
 Miguel Rasquinho
 Paulo Estorninho Mota
 Paulo Felício
 Pedro Morcela
 Rita Courinha
 Rui Simplício
 Sérgio Manita Bicho
 Silvestre Andrade
 Sílvia Relvas
 Vanda Ricardo
 Virgílio Vidinha
 Vítor Nicau

Suplentes

Rui Castro
 Germano Porfírio
 João Soares Palmeiro Novo
 Carla Mocito
 Hugo Serras
 Francisco Realinho Candeias
 Sónia Passeiro
 João Pires
 Francisco Realinho Candeias
 António João Parra Queiroz
 Mário Vieira da Silva
 Joana Sofia Almeida
 Alfredo Papafina
 Joaquim Nunes Miranda
 António Manuel Carita Pista
 Adolfo Agapito Aleixo
 Carla Alexandra Ceia
 Isabel Picado
 Luís Heitor Alves
 José Canelas Raposo
 Manuel Casimiro Martins

PRESIDENTE DA MESA DA COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL

Júlio Miranda Calha

COMISSÃO FEDERATIVA DE JURISDIÇÃO

António Salvado Pratas
 António Raposo Machado
 Daniel Graça Pina
 José António Fé Carreiras
 Joaquim da Conceição Belo

COMISSÃO FEDERATIVA DE FISCALIZAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

Miguel Monteiro
 Nuno Varela
 Guilherme António Vieira
 Maria José Zuzarte
 José Manuel Galão

SECRETARIADO EXECUTIVO

António José Ceia da Silva (Presidente da Federação)
 Albano Silva
 António Maria Petas Chaparro
 António Realinho
 Arménio Mendes Toscano
 Catarina Dias
 Francisco Fonenga
 Isabel Raminhas
 João Luís Pina
 Jorge Manuel Martins de Jesus
 José Correia da Luz
 Luís Moreira Testa
 Maria da Piedade Murta

CONSELHO CONSULTIVO DO DEPARTAMENTO FEDERATIVO DAS MULHERES SOCIALISTAS

Maria da Piedade Falcão Murta - Presidente
 Ana Isabel Sampaio
 Carla Mocito
 Catarina Dias
 Estela Boquinhas
 Isabel Picado
 Maria Celeste Camilo
 Maria da Conceição Carpinteiro
 Maria da Conceição Grilo
 Maria Gioconda Ratto
 Maria Manuela Louro
 Sandra Cardoso
 Sandra Portilheiro
 Zelinda Margarida Oliveira Semedo

SECRETARIADO

Maria da Piedade Falcão Murta
 Maria da Conceição Grilo
 Sandra Maria Cardoso
 Carla Lucinda Raposo Mocito
 Maria Celeste Pinto Camilo

JUVENTUDE SOCIALISTA

COMISSÃO POLÍTICA FEDERATIVA

Efectivos

Hugo Filipe Árias Ruivo Serras
 João Luís Soeiro da Graça Pina
 Luís Manuel Cunha Ensina
 Pedro Manuel Lopes Reis
 Ricardo Filipe Martinho Nascimento
 Jorge Manuel Martins Copeto
 Carla Sofia Andrade Fernandes
 Joana Sofia Frutuoso Almeida
 Gonçalo Marmelo Vieira

Tiago José Damião Antunes
 Jeremias José Ruivo Alves
 Maria Inês Lopes Dias
 André Filipe Rasquinho Pereira
 Maria Manuela Delgado Tomé
 Ana Mafalda Lourenço Henriques S.
 Marco André Lourenço Matroca
 Sónia Maria da Silva Passeiro
 Luís Filipe da Silva Melato
 Célia Maria Felizardo Meira
 Maria João Gaspar Sousa de Matos
 Bruno Miguel Batista Faria
 Vânia Maria Grilo Ramos
 Filipe Duarte Matos Ventura

Suplentes

Rui Pedro Pires Lourenço
 Daniel José Lemos Bandarra
 Catarina Alexandra Dias
 Márcio Miguel Soares Lopes
 Lúcia Isabel Martins Correia Costa
 Vera Lúcia Claro Paixão
 Fábio Miguel Cid Rato

PRESIDENTE DA MESA DA COMISSÃO POLÍTICA DISTRITAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

Hugo Serras

SECRETARIADO DISTRITAL DA JUVENTUDE SOCIALISTA

Hugo Filipe Árias Ruivo Serras
 Jorge Manuel Gama Grifo
 António Manuel Roxo Pista
 Rui Eduardo Dores Jesuíno
 Marcel Francisco Lemos Bandarra
 Pedro Alexandre Grilo
 Nuno Miguel Marcelino Graveho
 Ana Daniela Alexandre Martins
 Filipe Manuel Lagem Mariquito
 Pedro Daniel Mendes
 Fábio Miguel Batista Marques



Socialistas europeus subscrevem prioridades da presidência portuguesa

As prioridades da futura presidência portuguesa da União Europeia (UE), apresentadas pelo primeiro-ministro, José Sócrates, merecem o apoio e o acordo dos socialistas europeus. Esta mensagem deixada pelo presidente do Grupo Socialista no Parlamento Europeu, Martin Schulz, à saída de uma reunião de trabalho realizada no dia 11 de Junho, na sede nacional do PS.

MARY RODRIGUES



LADEADO pelo chefe do Executivo português, Schulz disse aos jornalistas que o Bureau do Partido Socialista Europeu (PSE) veio a Lisboa debater as perspectivas sobre a presidência portuguesa da União a 27, que começa no dia 1 de Julho próximo.

Segundo o eurodeputado alemão, o acordo verificado em torno do programa apresentado por Sócrates foi generalizado, especialmente no ponto das relações transatlânticas que, sustentou, “não podem limitar-se ao diálogo com os Estados Unidos da América”, assinalando assim a importância crucial de alargar os contactos da UE à América do Sul, designadamente ao Brasil, país que descreveu como “um parceiro-chave” num mundo multipolar.

À saída da sede nacional, onde o Bureau dos socialistas europeus foi recebido pelo primeiro-ministro e líder do PS, Martin Schultz pediu ao Parlamento Europeu (PE) para trabalhar “com rapidez”, referindo-se à aprovação do parecer prévio da assembleia parlamentar sobre a agenda da Conferência Intergovernamental (CIG), que poderá ser convocada já pela presidência portuguesa, com vista à obtenção

de um acordo sobre o novo tratado constitucional até ao final do ano.

Por seu turno, José Sócrates, após reforçar este apelo, sublinhou a importância da visita dos socialistas europeus ao nosso país para a preparação da presidência portuguesa, classificando as reuniões dos dias 11 e 12 de Junho como “decisivas” para o trabalho que se avizinha.

“Foi muito interessante registar a confluência existente quanto à agenda europeia para o próximo semestre”, disse o governante português, frisando como pontos essenciais da mesma as questões relativas ao processo constitucional da União, ao novo ciclo da Estratégia de Lisboa e à afirmação do papel da Europa através de uma política global.

“Para os portugueses, o Tratado da União é a prioridade das prioridades”, afirmou José Sócrates, acrescentando de seguida que “o caminho que falta percorrer é, contudo, estreito e árduo”.

Depois, o chefe do Executivo português defendeu que “o mundo tem necessidade de uma Europa forte”, considerando necessário, para tal, proceder à modernização das instituições comunitárias.

O outro ponto forte para a

presidência portuguesa, segundo Sócrates, passa pela entrada num “novo ciclo para a Estratégia de Lisboa”, lançada em 2000, matéria que considerou ser um imperativo da UE tendo em vista a criação de condições para se alcançar um equilíbrio entre a dimensão económica, social e ambiental.

Sobre a política externa, referiu, “a futura presidência portuguesa tem grandes ambições”.

Além das cimeiras com a Rússia, a Ucrânia, a Índia e a China, Portugal acrescentou uma com o Brasil, outra com a África e o reforço das relações com o flanco sul do Mediterrâneo, isto é, com o Magrebe e o Médio Oriente.

Recorde-se que Schulz e os representantes PSE analisaram, em Lisboa, as prioridades do programa de trabalho da presidência portuguesa com alguns membros do Governo, entre os quais o ministro dos Negócios Estrangeiros, Luís Amado, o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos e o subsecretário de Estado da Administração Interna, Rocha Andrade.

Entretanto, José Sócrates recebeu também os bureaux do Grupo do Partido Liberal Europeu no PE e do Partido Popular Europeu (PPE).

Fortalecer o parlamentarismo na UE

A TRIGÉSIMA oitava COSAC – Comissão de Assuntos Europeus e Política Externa – vai realizar-se em Portugal, mais precisamente no Estoril, em Outubro próximo. O anúncio foi feito pelo deputado socialista Armando França, na recente reunião deste organismo realizada em Berlim.

Numa ocasião que aproveitou para saudar o trabalho desenvolvido a presidência alemã da União Europeia (UE), Armando França convidou todos os deputados reunidos na capital alemã a estarem presentes em Lisboa e darem os seus contributos “para fortalecer o parlamentarismo, o projecto da UE e o processo de construção europeia”.

Na intervenção que realizou

sobre a estratégia política anual da Comissão Europeia para 2008, o deputado interpelou a vice-presidente desta instância, Margot Wallström, sobre o objectivo da referida análise, questionando ainda se a Comissão tem ou não intenção de propor medidas que actualizem e reforcem o nosso modelo social europeu.

Quanto aos trabalhos preparatórios para a revisão completa do orçamento comunitário, Armando França quis saber se o documento a apresentar se limitará a fazer uma análise ou se irá mais além, apontando linhas estratégicas ou mesmo propostas concretas.

“A União necessita de segurança e estabilidade orçamental para consolidar políticas, para as credibilizar

junto dos cidadãos e para assegurar o próprio futuro do projecto político europeu”, afirmou o deputado socialista, depois de recordar “o momento particularmente difícil” que se vive na União.

Antes, numa intervenção dedicada à avaliação da iniciativa da Comissão que visa a transmissão directa de documentos aos parlamentares nacionais, Armando França considerou-a “uma decisão importante” que permitirá efectuar o acompanhamento atempado das propostas legislativas e políticas, criando ainda melhores condições para uma maior participação dos parlamentos nacionais nos assuntos da UE em geral e até nos que respeitam a cada Estado-membro em particular. **M.R.**

OPINIÃO



JOVITA LADEIRA
Deputada do PS

Os sinais que hoje o litoral nos dá com as suas taxas de recuo, reflectem bem da gravidade dos riscos que o afectam e quanto longe temos estado de uma consciência esclarecida e responsável que nos deveria ter animado

LITORAL – UMA BATALHA A TRAVAR, UM DESAFIO A VENCER!

O EXTENSO litoral português constitui uma zona de múltiplas potencialidades, sendo insubstituível quer como espaço lúdico quer como espaço gerador de riqueza. Este cenário gerou uma concentração populacional no litoral, com tendência para a sua amplificação. O litoral é palco de fortes pressões demográficas e económicas sendo que hoje há uma nova realidade a adicionar como factor de pressão, as alterações climáticas e o aumento do nível do mar que lhe está associado. Frequentemente várias destas pressões interagem e criam sinergias que aumentam significativamente o seu impacto negativo e são fonte de risco para este valioso recurso natural que é o litoral português.

Os sinais que hoje o litoral nos dá com as suas taxas de recuo, reflectem bem a gravidade dos riscos que o afectam e quanto longe temos estado de uma consciência esclarecida e responsável que nos deveria ter animado. A zona costeira não foi entendida como zona dinâmica, complexa e interdependente em que qualquer acção local tem consequências ao nível regional e, não foi assumida numa perspectiva de gestão integrada.

A grande fragmentação e sobreposição de responsabilidades entre as instituições que intervêm na sua gestão têm sido berço de conflitualidade. Este tem sido um quadro propício à dissolução de responsabilidade num enredo intrincado de tutelas e atribuições, de conflitos de objectivos e de poderes, de prioridades e interesses muito diversos.

Neste quadro e assumido que está a importância estratégica da zona costeira como recurso excepcional e precioso para o desenvolvimento do país, o desafio centra-se exactamente em adoptar atempadamente medidas de adaptação às alterações climáticas compaginado com a implementação de uma gestão integrada do litoral, sempre na esteira de uma compatibilização das preocupações ambientais, económicas, sociais e culturais.

É precisamente esse desafio que este Governo assumiu desde a primeira hora, porque tem a noção exacta dos impactos extremamente gravosos que a erosão costeira apontará ao país.

O litoral português assume-se como área de intervenção prioritária para o Governo facto bem expresso no seu programa. Esse compromisso já começou a ter tradução num conjunto alargado de medidas.

Com o PNPOT (Programa Nacional de Política de Ordenamento do Território) compaginado com a ENDS (Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável), o Governo cumpre a meta apresentada no seu programa, a de promoção de estratégias de coesão territorial. Neste quadro desponta a Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira de forma a definir as grandes orientações e linhas de actuação para o seu desenvolvimento sustentável, apoiado num sistema coordenado de investigação, monitorização e avaliação.

Para completar este edifício desenvolveram-se os PROT's, fechou-se o quadro dos POOC's (Planos de Ordenamento da Orla Costeira), fez-se a sua avaliação e iniciou-se a sua revisão, sendo que os ajustamentos dos mesmos significarão uma exigência acrescida do ponto de vista de intervenção no litoral.

Neste particular, destaco a séria e rigorosa metodologia de trabalho assumida na avaliação da execução dos POOC's, permitindo identificar, com rigor técnico, um conjunto de fragilidades e pontos fortes, que alicerçou e definiu o “Programa de Acção para o Litoral 2007/2013” onde se enuncia claramente prioridades, traduzidas em acções. Neste âmbito, destaco a Defesa Costeira e Zonas de Risco; os Planos de Intervenção e Requalificação Urbana; os Estudos, Gestão e Monitorização dos Sistemas Costeiros, pouco desenvolvidos e dissociados de uma estratégia global até ao momento. Para a implementação de toda esta estratégia é necessário uma base sólida de financiamento e é exactamente esse suporte que se está a encontrar no âmbito do QREN.

As respostas aos problemas organizacionais e de coordenação também foram dadas e assentam em dois pilares, a criação de um Grupo de Coordenação Estratégica, envolvendo as entidades essenciais que têm intervenção no litoral, o que traduz decisões concertadas e a definição de uma clara autoridade para a área, o INAG, acompanhado da criação de cinco Administrações de Regiões Hidrográficas.

Estes pilares concebem as condições para intervir de uma forma sistemática, estratégica e estrutural em termos de litoral.

Recordo que aqueles que hoje de uma forma cândida e imaculada lançam um conjunto de acusações, foram exactamente aqueles que quando assumiram responsabilidades governamentais mostraram uma incapacidade confrangedora e uma completa ausência de vontade política para com a resolução dos problemas que afligem o litoral levando-o mesmo a uma total posição de indigência.

Este Governo está consciente que o litoral constitui um recurso insubstituível, finito e não renovável à escala temporal humana, nessa exacta medida há uma estratégia, há um rumo, há um calendário e há uma vontade política forte para construir um novo ciclo sustentado para a gestão do litoral.

Hoje o litoral assume-se como prioridade política.

Modernização do país em ritmo acelerado



O Conselho de Ministros concluiu o procedimento legislativo com vista às reformas que visam a modernização do país nas áreas da Administração Pública, Ensino Superior, sistema de gestão do território e licenciamento, bem como do modelo de gestão e financiamento do sector rodoviário. Este forte impulso reformista acontece precisamente antes de Portugal assumir a presidência da UE e visa libertar o Executivo de José Sócrates destes dossiês nacionais para melhor se concentrar na governação europeia.

NO QUE diz respeito à reforma do Estado, o Executivo aprovou uma proposta de lei que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores.

O diploma, que segue agora para discussão na Assembleia da República, define duas modalidades de vinculação: a nomeação e o contrato de trabalho em funções públicas, sendo a primeira reservada às carreiras em que se assegurem funções habitualmente designadas como “de soberania”.

Já o contrato, aplicável nas demais situações, terá um regime aproximado ao do Código do Trabalho, com as adaptações necessárias à salvaguarda dos interesses públicos a prosseguir.

Quanto aos funcionários no activo, é fixado o necessário regime de transição, garantindo-se que mantêm os actuais regimes de cessação da relação de trabalho, de mobilidade especial e de protecção social próprios da nomeação definitiva.

Opera-se, também, uma profunda revisão do sistema de carreiras, de modo a conferir-lhe mais racionalidade e equidade. Assim, prevêem-se carreiras gerais e especiais e promove-se a fusão de carreiras – hoje em grande número – com a definição de três carreiras gerais: técnico superior, assistente técnico e assistente operacional, permitindo com esta medida a integração

de mais de 400 carreiras e categorias actualmente diferenciadas.

Por outro lado, fixam-se as regras para a evolução em cada uma das carreiras e para a alteração de posicionamento remuneratório na categoria, uma vez reunidos pressupostos de avaliação de desempenho ou para a mudança de categoria através de processo de selecção.

No que diz respeito à tramitação dos processos de selecção adopta-se um regime simplificado, substituindo o actual regime de concursos, reconhecidamente complexo e burocrático, por um sistema mais simples de escolha objectiva entre os candidatos.

De particular significado é a definição de prémios de desempenho para estimular o mérito, premiando os trabalhadores que obtenham os mais elevados níveis de avaliação.

Ensino superior de nível internacional

O Governo aprovou também uma proposta de lei que constitui uma peça essencial no processo de reforma da Educação no seu nível mais avançado ao consagrar o regime jurídico das instituições do ensino superior aplicável tanto ao sector público quanto ao privado.

Ficam assim reguladas a constituição, as atribuições, a organização, o funcionamento, a competência e a fiscalização pública destas en-

tidades, adoptando-se um quadro exigente de referência internacional para o desenvolvimento e qualidade do sistema de ensino superior português, centrado no objectivo da qualificação dos seus estudantes.

Para isso, o Governo considera essencial proceder ao reforço da especialização do sistema binário, clarificando a diferente natureza e objectivos de universidades e politécnicos, prevendo-se igualmente a consolidação e integração institucional destes últimos, bem como o reforço da sua base territorial e profissional.

Entre as novidades a destacar figuram a introdução, inteiramente inovadora, de diversidade de estatuto legal das instituições públicas, com a criação de fundações públicas de direito privado e a possibilidade de criação de consórcios entre instituições.

Fundamental é também a consagração de um sistema de governo das instituições, garantindo a maior responsabilidade e capacidade de decisão aos seus responsáveis.

Destaca-se igualmente a criação da figura do provedor do Estudante e o reconhecimento do papel das Associações de Estudantes e das Associações de Antigos Alunos.

Refira-se, ainda, que o diploma prevê a afirmação da especificidade do ensino das artes, adoptando-se um regime específico e apropriado de requisitos das instituições nessas áreas, designadamente em matéria de qualificações do corpo docente, bem como a importância do desenvolvimento do ensino à distância, apoiado designadamente por tecnologias digitais de informação e de comunicação.

Gestão do território e licenciamentos mais simples

Na reunião do passado dia 14 de Junho, os ministros aprovaram

também, no âmbito da reforma do sistema de gestão do território e de licenciamento, uma proposta de lei que visa alterar as bases da política do ordenamento e do urbanismo, no sentido de promover a eliminação da fase processual de ratificação pelo Governo dos planos municipais de ordenamento do território, com excepção dos casos em que a própria câmara municipal o solicite para obter derrogação de normas constantes de instrumentos de gestão territorial de âmbito nacional ou regional com as quais a proposta de plano director municipal seja desconforme.

Por outro lado, foi dada luz verde à quarta alteração ao regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, procurando uma maior eficiência do sistema de gestão através da simplificação dos procedimentos e de uma maior descentralização e responsabilização municipal na gestão do território.

O controlo de legalidade dos planos municipais passa agora a ser assegurado pela emissão de pareceres por parte das entidades competentes em razão da matéria e pela verificação a efectuar pela Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR).

Na sua mais recente reunião, o Conselho de Ministros aprovou igualmente o regime jurídico dos projectos de Potencial Interesse Nacional classificados como “PIN+”, visando criar condições para a atracção de investimentos e projectos de qualidade, nacionais e estrangeiros, que gerem valor acrescentado, alterem o perfil das exportações e potenciem, por via da modernização das empresas, um efeito multiplicador do crescimento económico e do emprego.

Os princípios gerais a que deverá

obedecer o novo modelo de gestão e financiamento do sector rodoviário nacional e as acções a adoptar para a sua implementação foram também aprovados na reunião do Governo, procurando, essencialmente, alcançar a eficiência na gestão e aplicação dos recursos e a auto-sustentabilidade do sector.

Sector rodoviário auto-sustentável

Desta forma, limita-se a aplicação de dinheiros públicos, estimulando o envolvimento de capitais privados e dispensando e afectando recursos de contribuições já existentes de modo a permitir a criação de uma nova contribuição de serviço rodoviário, financeiramente neutral e, portanto, sem implicar oneração adicional para os utilizadores das infra-estruturas rodoviárias.

Assim, sem mais custos para os utilizadores das infra-estruturas rodoviárias, ficou estabelecida uma Contribuição de Serviço Rodoviário, que constituirá receita própria da empresa Estradas de Portugal.

O cálculo do valor desta contribuição terá por referência os quilómetros percorridos com base numa unidade de consumo de combustível, garantindo uma discriminação positiva dos utilizadores de veículos mais eficientes em termos ambientais ou movidos a fontes de energia menos poluentes.

Ainda na reunião do passado dia 14, o Executivo do PS aprovou outros diplomas em matéria de gestão do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional –, bem como de educação, ao estabelecer o regime estatutário do pessoal não docente dos estabelecimentos públicos de ensino pré-escolar, básico e secundário e as novas matrizes para os currículos dos cursos científicos humanísticos do ensino secundário. **M.R.**

PS/Aveiro denuncia falso plano de recuperação económica do concelho

A “ESTRATÉGIA de Recuperação Financeira” da Câmara Municipal de Aveiro, apresentada pela maioria PSD/CDS, “tem objectivos limitados e irrisórios” e “vai paralisar o desenvolvimento concelhio”. Este o alerta lançado pelo presidente da Concelhia socialista local, Raúl Martins, para quem o resultado deste plano da direita será “nulo”.

Segundo o líder do PS/Aveiro, o documento apresentado pelo Executivo camarário de coligação não consubstancia realmente um plano de recuperação e sim “um requiem para o desenvolvimento do concelho”.

Em declarações aos jornalistas, o dirigente socialista considerou “grave” que o autarca Élio Maia esteja a negociar as empresas municipais “pela calada”, no âmbito dessa suposta estratégia de recuperação financeira.

“O presidente, na sua vida pessoal, faz os negócios que quiser,

mas não quando envolvem activos municipais, que têm de ser por concurso público”, declarou Raúl Martins, acrescentando que o documento divulgado no passado dia 5 pela maioria de direita “não constitui uma estratégia clara” para eliminar o défice, pois apenas fala em cumprir objectivos legais de redução de uma dívida de 280 milhões de euros.

“As medidas não estão hierarquizadas nem quantificadas, não é feita qualquer menção ou cronograma de implementação, nem são apontados mecanismos de controlo da sua aplicação. Limita-se a apontar valores para Dezembro de 2009 e o presidente apenas diz que se não cumprir o mandem embora”, observou o camarada Raúl Martins, que criticou ainda o facto da maioria “insistir erradamente em promessas eleitorais que são contrárias à recuperação financeira”, apontando como exemplo a baixa da derrama, que

– defendeu – devia regressar “aos valores anteriores”.

Salientou igualmente que não há um verdadeiro plano para reduzir a dívida do grupo municipal e sim a intenção de conseguir a “passagem de uma dívida de curto prazo para o médio e longo prazos”.

Refira-se que a “Estratégia de Recuperação Financeira” apresentada aos jornalistas, e que aponta como objectivos reduzir a despesa em 10 milhões de euros e gerar 70 milhões de euros de receita até 2009, não foi votada em sessão de Câmara nem dada a conhecer aos vereadores da oposição, que, sem convite, compareceram na conferência de Imprensa.

O vereador do PS Rocha Andrade manifestou-se agastado pela “falta de consideração” da maioria PSD/CDS-PP para com os restantes vereadores, no que foi secundado por Marília Martins e Marques Pereira, também vereadores socialistas. **M.R.**

PS de Oliveira de Azeméis garante alternativa à crise na Câmara

O PRESIDENTE da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis não tem condições para se manter no exercício do cargo. É este o entendimento do PS local, manifestado pela camarada Helena Terra numa conferência de Imprensa realizada na sede socialista, no passado dia 4 de Junho, em reacção à notícia que dá conta da constituição como arguido do autarca Ápio Assunção por alegado “desvio de materiais do Estaleiro Municipal”.

Garantindo que os socialistas não se imiscuirão no processo judicial, Helena Terra lembrou que “vivemos num Estado de Direito democrático que se rege pelo princípio de separação de poderes” e, no qual, “o poder judicial é autónomo e independente”, para depois garantir que “o PS de Azeméis acredita no funcionamento da Justiça e deixa a esta o que a ela corresponde”.

Porém, ressaltou, “politicamente, esta é uma situação absolutamente constrangedora para todos os oliveirenses em geral e políticos em particular, pois está sob suspeita aquele que é o representante

máximo do nosso município”.

“E, pior que tudo, está sob suspeita naquilo que é o exercício da sua função de gestor da coisa pública”, acrescentou Helena Torres, antes de referir que era notória a “muito má” gestão autárquica que reinava em Oliveira de Azeméis, mas que, mesmo assim, os socialistas jamais duvidaram da sua seriedade.

“No entanto, hoje, qualquer oliveirense tem direito de duvidar”, apontou, sem deixar de sublinhar que Ápio Assunção é inocente “até que exista, se existir, uma decisão condenatória com trânsito em julgado”.

Mas, observou, “o estigma da suspeita” que sobre ele paira actualmente manter-se-á até à decisão dos tribunais.

“Ora, o cargo de presidente de Câmara exige, entre outras coisas, confiança política e honorabilidade pessoal no que toca à coisa pública”, dois requisitos que – no entender dos socialistas oliveirenses – “estão hoje postos em causa”.

Lembrando que Luís Marques Mendes, “por inúmeras vezes referiu que todos os presidentes de

Câmara constituídos arguidos se devem demitir”, o PS de Oliveira de Azeméis espera agora que o líder do PSD “não assobie para o lado, fazendo de conta que não sabe de nada”.

Lamentando que tenha sido a imprensa regional a dar conta de toda esta situação, Helena Terra criticou ainda o comportamento político de Ápio Assunção, considerando-o “absolutamente reprovável” por ter mantido oculto um facto desta importância a todos os oliveirenses “e bem assim aos seus colegas do executivo – pelo menos os da oposição –, esperando certamente que o legal segredo de Justiça se transformasse em inaceitável segredo político”.

“Oliveira de Azeméis precisa de um presidente de Câmara capaz de subverter a situação actual em que o concelho se encontra e de inscrever na rota dos municípios onde viver não signifique apenas sobreviver”, defendeu Helena Terra, concluindo de seguida com a garantia de que há uma alternativa a este estado de coisas e que o PS tem-na em marcha. **M.R.**

www.pscadaval.com

SER UM fórum de discussão e reflexão que contribua para “um Cadaval melhor, mais desenvolvido, mais participado e mais democrático” é o objectivo do “site” www.pscadaval.com da Concelhia socialista do Cadaval.

O sítio “pretende ser um espaço de discussão, sério mas bem-disposto, onde todos possam exprimir o que



pensamos acerca do nosso concelho. Das virtudes aos defeitos, das potencialidades às limitações”, lê-se na nota de boas-vindas.

Em www.pscadaval.com, para além de uma completa informação sobre as iniciativas da Concelhia e a actividade dos autarcas socialistas, destaque para um dossiê sobre o novo aeroporto internacional de Lisboa. **J.C.C.B.**

FEDERAÇÃO DE ÉVORA PROMOVE FORMAÇÃO DE AUTARCAS E MILITANTES

A FEDERAÇÃO de Évora do Partido Socialista, através do seu Gabinete Autárquico, tem vindo, desde Novembro de 2006, a desenvolver importante actividade de formação, junto de autarcas e militantes socialistas do distrito.

Coordenado pelo deputado Bravo Nico e tendo a activa colaboração da Juventude Socialista do distrito eborense, liderada por Nuno Lino, o Gabinete Autárquico já realizou acções de formação em Vila Viçosa (na freguesia de São Romão), Montemor-o-Novo, Mora (freguesia de Pavia) e Vendas Novas. Temáticas como o desenvolvimento local, o enquadramento jurídico da actividade autárquica, a acção social e cívica ou a essencial formação política têm sido os principais conteúdos das aprendizagens organizadas e disponibilizadas pelo Gabinete Autárquico. A esmagadora maioria dos participantes têm sido jovens militantes e autarcas.

De acordo com Bravo Nico, coordenador das actividades, “é essencial a formação dos militantes, particularmente dos mais jovens, uma vez que a acção política, como qualquer outra actividade, deve ser qualificada, para que possa ter, como consequência, um contributo qualificado e qualificante para a vida das pessoas, das comunidades e dos territórios a quem ela se dirige”.



Regularize as suas quotas

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

- Depósito bancário em dinheiro ou cheque;**
- Transferência bancária**
Conta: Millennium BCP
PS-QUOTIZAÇÕES - N.º 452 341 62873
NIB - 0033 0000 4523 4162873 05
Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o n.º de militante, no balcão onde as efectuar.
- Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:**

ENTIDADE	20132
REFERÊNCIA	0000...+ N.º DE MILITANTE (total de 9 dígitos)
MONTANTE	Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

Linha Azul

808 201 695

Contamos consigo!



OPINIÃO



PAULA NOBRE DE DEUS
Deputada do PS

Porque promover a igualdade de oportunidades não é falar sobre jovens em risco, é sim falar com eles, proporcionar-lhes novas experiências e desafiá-los a apostarem e acreditarem em si e a lutarem pela vida numa sociedade que é cada vez mais exigente

IGUALDADE DE OPORTUNIDADES PARA TODAS E TODOS OS ADOLESCENTES

NO PASSADO dia 30 de Maio, a Assembleia da República recebeu jovens do distrito de Évora para participarem na Tertúlia “Adolescência, Idade de Oportunidades”. Esta iniciativa decorreu do acolhimento pela Subcomissão para a Igualdade de Oportunidades no Parlamento da “2ª Semana da Prevenção dos Maus Tratos Infantis” que foi promovida pela Associação “Chão dos Meninos” em colaboração com todas as instituições do nosso distrito que acolhem adolescentes em situação de risco social.

A conversa foi animada pela jornalista Laurinda Alves e tivemos como convidados para conversar com os nossos adolescentes o médico Vasco Prazeres, a directora do Chapitô Teresa Ricou, mais conhecida por “Mulher Palhaço”, e os jovens Pedro Emanuel Pereira, pianista, e a carismática Luciana Abreu, a “Floribela”. E para nos predispor à conversa iniciamos este momento único na vida da Assembleia e de todos nós, com a actuação dos jovens músicos da Tuna do Liceu Nacional de Évora – Escola André de Gouveia.

E foi de facto fascinante assistir naquele fim de tarde a uma conversa descontraída e aberta, em que cada um partilhou as suas preocupações e interpelou os convidados sobre as mais variadas questões. A Luciana Abreu deu um testemunho de vida de uma extraordinária sensibilidade, partilhou os momentos mais difíceis de uma vida preenchida por episódios de violência familiar, e o Pedro Pereira, com a jovialidade dos seus 15 anos, falou do esforço que faz quotidianamente para se aproximar do sonho de ser um grande pianista, tendo recebido recentemente um prémio internacional em San Sebastian.

A realidade é que todos estávamos envolvidos pela ternura da conversa e sensibilizados pelo profundo respeito com que todos os jovens foram tratados. Porque promover a igualdade de oportunidades não é falar sobre jovens em risco, é sim falar com eles, proporcionar-lhes novas experiências e desafiá-los a apostarem e acreditarem em si e a lutarem pela vida numa sociedade que é cada vez mais exigente.

A cada uma e a cada um dos jovens presentes foi transmitida uma mensagem de esperança e feito o apelo de não se deixarem ficar reféns e a resignar a um passado que nem sempre lhes sorriu mas que faz deles as mulheres e os homens do futuro. É preciso repetir incessantemente a todos os jovens: “Cada um de vós é único, tem valor e a sociedade acredita no vosso potencial. O futuro é vosso não desistam nunca”.

Na qualidade de deputada e de cidadã quero mais uma vez afirmar e pugnar pela defesa do valor “infância e juventude”. A Assembleia da República, como sede da democracia, também é por excelência um espaço de oportunidades para todas e todos os cidadãos e em boa hora foi um palco de tertúlia com adolescentes dinamizados do nosso distrito que reflectiram e proclamaram uma plena cidadania.



OSCE tem um papel central na defesa dos direitos humanos

A IMPORTÂNCIA da dimensão humana e da defesa dos direitos humanos na acção da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE) foi realçada por Antónia Almeida Santos num colóquio realizado na Assembleia da República sobre “A transição democrática no Leste da Europa”.

J.C. CASTELO BRANCO



NO ÂMBITO do Parlamento português, cabe ao deputado João Soares a presidência da delegação lusa à Assembleia Parlamentar da OSCE.

Segundo lembrou a deputada do PS, com a transformação da CSCE em OSCE, motivada pelo fim da Guerra Fria e por aquilo “que muitos pensaram ser uma nova era de paz e prosperidade” a organização abraçou “novos desafios, muitos dos quais totalmente inesperados”.

Assim, referiu, o “institution building”, a chamada construção de capacidades, passou a ser uma das tarefas fundamentais: “Auxiliar as democracias nascentes a atingir os padrões internacionais em termos de legislação, abertura política, respeito pelos direitos fundamentais e boa governação”.

Em suma, acrescentou, auxiliá-las na construção de verdadeiros Estados de Direito democráticos com todas as inerentes vantagens.

Neste contexto, Antónia Almeida Santos sublinhou que a Assembleia Parlamentar da organização tem vindo “a aumentar o seu protagonismo. Não só em razão das deliberações que aprovam nas suas sessões plenárias, mas também devido à sua

presença no terreno em missões de observação eleitoral, em visitas de estudo aos Estados-membros e na participação, em conjunto com missões da OSCE, em programas de cooperação técnica”.

No que diz respeito a estes programas, a deputada do PS que é membro da Comissão da Democracia, Direitos Humanos e Assuntos Humanitários da OSCE, recordou que, em anos recentes, “a nossa Assembleia da República esteve envolvida nos chamados “Parliamentary Support Programmes” na Bósnia-Herzegovina, na Albânia e na Sérvia”.

Referindo que “a acção da OSCE, e também da Assembleia Parlamentar, tem sido por vezes criticada por dar demasiada importância à dimensão humana dos problemas em detrimento das outras dimensões”, Antónia Almeida Santos salientou que “estas críticas vêm sobretudo de países onde os direitos Humanos não são totalmente respeitados e onde a democracia não se encontra ainda consolidada.

E considerou que “o futuro da OSCE não passa pela subvalorização da dimensão humana, mas sim pelo reforço das outras dimensões”,

já que, acrescentou, “a defesa da democracia e dos direitos humanos não pode ser posta em causa por nenhum tipo de tentação autoritária. Nem mesmo pela necessidade de combater o terrorismo”.

Para a deputada socialista, “a única resposta contra as violações dos direitos humanos é o reforço desses direitos”.

Na sua intervenção, Antónia Almeida Santos referiu que nos últimos dois anos foram aprovadas diversas resoluções no seio da Assembleia Parlamentar, das quais destacou a relativa ao combate ao tráfico de seres humanos, a que incidiu sobre o combate ao anti-semitismo e a que versou a cooperação com a sociedade civil e com as ONG’s.

A parlamentar do PS destacou ainda a importância que a OSCE atribui à igualdade política e civil entre os géneros. A este respeito, disse, “a Assembleia Parlamentar tem desempenhado um papel de franco relevo através da publicação de um relatório anual sobre a situação da igualdade entre os dois sexos” em cada um dos 56 Estados-membros mas também no interior da própria organização. **J. C. C. B.**

Fórum Lisboa cria sítio na Internet

FOI LANÇADO nos primeiros dias deste mês de Junho o “BarómetroLX”, que se destina a efectuar um levantamento periódico da opinião de quem vive, trabalha ou simplesmente visita Lisboa.

A iniciativa pertence à Associação Fórum Cidade, e mais não pretende do que incentivar a participação cívica esperando, em paralelo, que constitua um instrumento inovador na ajuda a uma mais qualificada gestão da cidade de Lisboa.

Está acessível, de forma gratuita, em www.barometroLX.com e permite que qualquer pessoa se pronuncie sobre um conjunto de questões que podem ir desde o trânsito à oferta de empregos na cidade de Lisboa, passando pela higiene e limpeza, pela segurança, oferta cultural ou de entretenimento e lazer no concelho.



O “BarómetroLX” tem uma periodicidade mensal, incidindo, para além dos temas referidos, num tema diferente todos os meses, e que podem passar pela governação da cidade, pela qualidade de vida, crescimento económico, entre tantos outros assuntos

de relevante interesse para a cidade.

Os resultados serão publicados mensalmente, primeiro para acesso aos “media” e depois divulgados no “site”.

A Associação Fórum Cidade tem por objectivo a procura e a formulação de propostas que visem o desenvolvimento sustentável da cidade, tomando posição em

materias de relevo para Lisboa. Para além do barómetro, o “site” inclui ainda notícias e artigos de opinião, configurando deste modo uma iniciativa inovadora e interessante que merece o apoio dos que vivem ou trabalham na cidade. **R.S.A.**

Sessenta milhões para 1º ciclo e pré-escolar na região de Lisboa e Vale do Tejo

O INVESTIMENTO no 1º ciclo e pré-escolar na região de Lisboa e Vale do Tejo vai contar com 30 milhões de euros de fundos comunitários, valor que será duplicado pela contrapartida nacional.

O anúncio foi feito pela ministra da Educação, no final de uma reunião com a Junta Metropolitana de Lisboa e os instrumentos de financiamento no âmbito do Orçamento de Estado e do Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN), que vai enquadrar a aplicação dos fundos comunitários de 2007 a 2013.

Maria de Lurdes Rodrigues explicou que o regulamento de acesso aos fundos por parte das autarquias está a ser elaborado, sendo condição essencial a aprovação das cartas educativas, que muitos municípios já elaboraram.

“É um trabalho que está a decorrer francamente bem e é uma questão essencial como critério para se poder aceder a fundos comunitários ter a Carta Educativa aprovada”, adiantou.

Segundo a ministra, a maior parte dos municípios tem já a Carta Educativa aprovada e esse “é o ponto de partida para a definição de projectos passíveis de se candi-



datar a fundos comunitários”, identificando-se depois as prioridades e os custos de referência.

Maria de Lurdes Rodrigues referiu que a região de Lisboa e Vale do Tejo deixou de ser considerada zona prioritária, dispondo de um fundo menor do que as outras regiões, pelo que é necessário encontrar diferentes soluções de financiamento e de eficiência para a rede de escolas do 1º ciclo.

Uma das medidas passará pela colaboração com o Ministério da

Educação, procurando enquadrar estas crianças noutras escolas já existentes com disponibilidade de espaço para as receber dentro da cidade de Lisboa, quando não for possível recuperar as antigas ou construir novos espaços.

A titular da pasta da Educação considerou que não deve haver “uma rede segmentada”, mas uma colaboração entre autarquias e Governo para uma rede integrada que pertence às autarquias e ao Ministério.

OPINIÃO



LUÍS MIGUEL FERREIRA
lmferreira2@gmail.com
S. João da Madeira

Eu prefiro acreditar nos portugueses e na sua capacidade de adesão e utilização efectiva das TIC, como aconteceu, aliás, no caso dos telemóveis e na rede de terminais multibanco

“CHOQUE TECNOLÓGICO”

ESTÁ lançado aquele que considero ser um dos mais importantes projectos surgidos em Portugal no sentido da promoção da Sociedade da Informação e da generalização e massificação do acesso às Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e à Internet. Trata-se da iniciativa inserida no Plano Tecnológico que permitirá que mais de 500 mil cidadãos possam aceder em condições mais vantajosas a um computador e a uma ligação à Internet em Banda Larga. Acerca desta importante iniciativa, sublinho apenas três aspectos que me parecem absolutamente cruciais.

O primeiro diz respeito ao universo dos beneficiários da medida: alunos do 10º ano de escolaridade; professores do ensino básico e secundário e formandos das Novas Oportunidades. As nossas escolas, estando todas apetrechadas há já algum tempo com uma ligação à Internet em Banda Larga, passam a ter, deste modo, um ambiente muito mais favorável à utilização das TIC no processo ensino-aprendizagem, transformando a Internet, de uma vez por todas, num recurso incontornável quer para alunos, quer para professores. Por outro lado, as pessoas que já aderiram à iniciativa Novas Oportunidades (e que já são mais de 250 mil), passarão a contactar, de forma directa, com computadores e a beneficiar também de condições mais vantajosas de acesso à Internet. Na verdade, a sua requalificação e a criação de condições mais favoráveis à sua integração no mercado de trabalho e na Sociedade da Informação são, desta forma, altamente potenciadas.

O segundo aspecto prende-se com a importância para um país como Portugal deste verdadeiro “choque tecnológico”. Portugal, em 2006, apesar de ter duplicado o valor em apenas dois anos, apresenta uma taxa de penetração de Banda Larga nos agregados familiares de 24 por cento, enquanto que a UE 15 apresenta 34 por cento¹. Em Portugal, 45 por cento dos agregados familiares têm computador, enquanto na UE15 esse valor ronda os 64 por cento¹. Em Portugal, relacionando os dois indicadores anteriores, nos lares em que existe computador a taxa de penetração de Banda Larga ronda os 53 por cento, valor igual ao da UE15. Ora, isto quer dizer que era necessário levar por diante uma medida com esta ambição. Era necessário criar condições mais favoráveis para que mais portugueses levem para suas casas computadores e que, dessa forma, adiram à Banda Larga. Isto era absolutamente fundamental para que Portugal dê o salto e para que os portugueses, todos os portugueses, apanhem a onda do desenvolvimento, da tecnologia e, em suma, da Sociedade da Informação.

Por fim, mostra-se evidente que governar à esquerda e à direita tem, de facto, grandes diferenças. Há quem pense que o mercado é que deve resolver tudo e que, também nestas matérias, o Estado se deve manter à margem. Há quem agoire que os portugueses venderão estes computadores nas “feiras à beira da estrada” e que esta medida revela populismo. Pois bem, eu prefiro acreditar nos portugueses e na sua capacidade de adesão e utilização efectiva das TIC, como aconteceu, aliás, no caso dos telemóveis e na rede de terminais multibanco. Eu prefiro olhar para os números reais e concretos e para os méritos desta iniciativa que é, porventura, uma das mais ambiciosas medidas tomadas por esse mundo fora, no sentido do combate à info-exclusão e da massificação das TIC e da Internet. Prefiro reconhecer o esforço do Governo na criação de igualdade de oportunidades e, tal como referia o primeiro-ministro na apresentação da iniciativa, prefiro valorizar o “papel do Estado (...) como garante da universalidade, da equidade e da inclusão”.

¹ Fonte: Eurostat, Survey on ICT usage in households and by individuals

Efeitos das radiações vão ser avaliados

AMBIENTE E SAÚDE

O GOVERNO quer avaliar qual o efeito das radiações electromagnéticas provenientes das linhas de alta tensão ou das antenas de telemóveis sobre a saúde humana. Esta é uma das medidas incluídas no Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde, apresentado no Dia Mundial do Ambiente, e que inclui acções de monitorização da saúde das populações em zonas sensíveis.

O ministro do Ambiente, Francisco Nunes Correia, afirmou que o plano, a desenvolver em parceria com o Ministério da Saúde, se propõe avaliar a situação em Portugal, tendo em conta que existem estudos “contraditórios” noutros países, “genericamente em sentido negativo”.

Salientando que não há “nenhum preconceito ou tomada de posição prévia”, Nunes Correia afirmou que, tal como acontece noutros países, a ideia é avaliar a situação em Portugal.

O plano, adiantou, elenca “um conjunto vasto de questões susceptíveis de aprofundamento e de estudo em Portugal, como as radiações electromagnéticas e os postes de alta tensão”.

De facto, das radiações electromagnéticas aos efeitos dos



23

POR CENTO DAS MORTES NO MUNDO PODEM SER ATRIBUÍDAS A FACTORES AMBIENTAIS, SEGUNDO A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE (OMS)

produtos químicos, passando pela poluição da água, do ar, dos solos e dos alimentos, até ao ruído e às alterações climáticas, o plano governamental junta, pela primeira vez, duas realidades, o ambiente e a saúde, que já estão unidas na prática.

“Não há razão para os outros fazerem e nós não”, disse o ministro,

frisando que o objectivo é confirmar que as situações “são inócuas” ou, se não forem, o Governo agirá em função do diagnóstico que for feito.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), praticamente uma em cada quatro mortes no mundo (23 por cento) está relacionada com factores ambientais. Nas crianças até aos 14 anos, esta proporção aumenta para mais de um terço (36 por cento).

O ministro lançou no Dia Mundial do Ambiente a primeira pedra dos dois Centros Integrados de Recuperação, Valorização e Eliminação de Resíduos Industriais Perigosos (CIRVER) que vão ser construídos na Chamusca.

OPINIÃO



CATARINA MARCELINO
Presidente do Departamento Federativo das Mulheres Socialistas de Setúbal

Temos que actuar ao nível dos conteúdos dos programas e das estratégias que apresentamos às comunidades, e aqui sim, cunhá-los com uma marca transversal de promoção da igualdade

PARIDADE, IGUALDADE E AUTARQUIAS

A UNIÃO Europeia decretou o ano de 2007 como Ano Europeu da Igualdade de Oportunidades para Todos e para Todas, sendo oportuno face ao tema, reflectir sobre a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na política, nomeadamente nos órgãos de poder autárquico.

Em 2007, 33 anos depois da revolução de Abril, a expressão feminina no universo de presidentes de Câmara é de 20 em 308, as vice-presidentes são 32, e as presidentes mulheres com vice-presidentes também mulheres são 2 no universo total de municípios portugueses, um caso nos Açores e outro no distrito de Setúbal.

Esta realidade demonstra claramente a desigualdade existente entre mulheres e homens no poder local, e esta desigualdade é ainda mais explícita quando aprofundamos a questão ao analisarmos a distribuição dos pelouros por mulheres e por homens. 90 a 95 por cento das vereadoras têm as áreas, acumuladas ou não, da saúde, educação, acção social, cultura e toponímia, e raramente as finanças, o urbanismo ou as obras públicas. Esta realidade analisada à luz da psicologia social traduz claramente a transposição, para a esfera pública e para o exercício do poder autárquico, das tarefas atribuídas tradicionalmente às mulheres na esfera privada. Prevalecem e perpetuam-se os estereótipos da sensibilidade feminina, da "natural" apetência para a educação, da maior afectividade que caracteriza as mulheres ao nível das representações sociais de género. Parece-me oportuno questionar esta ordem social da distribuição de pelouros, quando confrontada com a realidade quer ao nível do mercado de trabalho, quer, sobretudo, ao nível da frequência universitária de rapazes e raparigas que, como sabemos, nas áreas tradicionalmente masculinas, economia, gestão, engenharias, entre outras, a percentagem de estudantes do sexo feminino é elevadíssima, não encontrando qualquer correspondência no universo conservador dos partidos políticos e consequentemente dos órgãos executivos dos municípios.

Outra realidade que, apesar de não conhecer os números que a demonstram, mas conhecendo cada um e cada uma de nós a realidade das nossas comunidades, rapidamente concluímos que também nas assembleias municipais e de freguesia, para além de um menor número de mulheres eleitas, poucas são Presidentes ou líderes de bancada.

Toda esta reflexão nos leva ao que intitulo de ponto de partida. Só é possível ser presidente, vereadora ou deputada, só é possível ser eleita para órgãos políticos ou autárquicos se se fizer parte de uma lista de candidatos. É neste contexto que a Lei da Paridade aprovada em 2006 é tão importante, diria mesmo fundamental, para que todos os aspectos inerentes ao equilíbrio de participação entre mulheres e homens possam ser postos em prática de forma efectiva. A lei que tanto nos orgulha a nós socialistas e que é indubitavelmente uma das mais importantes marcas ideológicas de esquerda que a actual legislatura deixará para o futuro, vem tornar obrigatória, em todos os partidos, uma representação de 33 por cento de um dos sexos nas listas de candidatos nas eleições europeias, legislativas e autárquicas. A Lei da Paridade vem de facto trazer qualidade à democracia, porque leva a que a representação da comunidade, através dos eleitos e das eleitas, melhor reflecta os eleitores e as eleitoras, ou seja, homens e mulheres.

Desengane-se quem pensar que a Lei da Paridade vem resolver todos os problemas que existiam até ao momento no domínio da igualdade entre mulheres e homens na política e nas políticas. Mais mulheres em cargos de decisão não é sinónimo de mais medidas políticas promotoras da igualdade de género. Como é evidente não é necessário ser-se mulher para desenvolver esta ou aquela medida em benefício de uma sociedade mais justa, mas também não deixa de ser verdade que cada um de nós traz para o exercício da política nos lugares de decisão o seu legado de experiências e realidades vividas e existem de facto diferenças nas vivências de homens e mulheres, mas também as há entre as mulheres e entre os homens. Não podemos nem devemos cair no erro de acreditar em determinismos de género no exercício do poder. Temos que actuar ao nível dos conteúdos dos programas e das estratégias que apresentamos às comunidades, e aqui sim, cunhá-los com uma marca transversal de promoção da igualdade. Por outro lado, e não menos importante garantir que a Lei da Paridade seja de facto cumprida pelo Partido Socialista em todas as listas de todos os actos eleitorais que se avizinham, tomando assim a vitória alcançada com a aprovação da Lei numa vitória com real aplicação, que passe verdadeiramente e totalmente do papel à prática no que diz respeito ao seu cumprimento por parte do nosso partido.

Assim, parece-me que estes objectivos só serão verdadeiramente alcançados se iniciarmos desde já um trabalho concertado, do topo do partido para as bases, promovido pelo secretário nacional para as Autarquias conjuntamente com o Departamento Nacional de Mulheres Socialistas, articulando com as Federações, com os Departamentos Federativos de Mulheres Socialistas e com as Concelhias, com vista ao cumprimento de dois objectivos: Cumprir a Lei da Paridade e definir conteúdos para os programas autárquicos que influenciem a organização social, facilitando a igualdade entre homens e mulheres na esfera privada e na esfera pública, tornando as Autarquias socialistas autarquias promotoras da igualdade.

Encontro de autarcas socialistas

PENAMACOR ESTÁ VIVO

SOB a presidência do secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, realizou-se no dia 2 de Junho um encontro de autarcas socialistas de Penamacor, em Aldeia do Bispo, que contou com a presença de 85 eleitos do concelho.

Na intervenção que efectuou na abertura dos trabalhos, Miranda Calha falou da nova geração de políticas autárquicas, centradas em áreas como a educação, saúde e acção social, sublinhando o seu papel decisivo para a melhoria da qualidade de vida das populações, e ainda da nova Lei das Finanças Locais.

Durante o encontro, muito vivo e participado, onde ficou evidente as potencialidades de desenvolvimento do concelho de Penamacor, os autarcas eleitos do PS deram especial enfoque ao desenvolvimento económico ligado às energias renováveis (eólica, hídrica solar e bioenergética), ao turismo (histórico, patrimonial, termal, cinegético e geminação), às novas empresas, que poderão surgir de produtos endógenos (azeite, azeitona, queijo, mel cortiça, lenha, artesanato) e à qualificação profissional e académica.

Mereceram ainda destaque especial a agricultura e os regadios da Cova da Beira, Meimão e zona sul do concelho de Penamacor e a criação de uma empresa municipal para apoio.

Por outro lado, sem regionalização, sem QREN definido, sem NUT III a funcionar (Castelo Branco, Idanha-a-Nova, Penama-



cor e Vila Velha de Rodão), com uma reforma do Estado vigorosa e uma Lei das Finanças Locais restritiva no endividamento e financiamento, as questões da qualidade de vida dos cidadãos assumiram grande relevo.

Já o desporto (motorizado, radical, natação, pedonal, atletismo, futebol) e as suas infra-estruturas, o ambiente (qualidade do ar, recolha de lixo), a floresta e os incêndios, a protecção civil, a segurança, a justiça, a gestão municipal autárquica, os caminhos agrícolas, a electrificação rural, a zona industrial, a recuperação do património histórico, dos museus, o castelo e o cimo da vila em Penamacor, os usos e costumes e a cultura em geral foram temas que não trouxeram ansiedades.

Mas a acessibilidade à A23, a dinamização do turismo da Serra da Estrela com a construção do Hotel do Cafalado, a proximidade do cidadão aos serviços de saúde, a Reserva Natural da Serra da Malcata, os açudes da Baságueda por

restaurar, as barragens por fazer, a Escola C+S Ribeira Sanches com disponibilidade para lotar dois centros educativos, o ensino básico a reestruturar, a pouca formação profissional, os idosos sem lares suficientes e condignos, o associativismo autárquico e empresarial com apoio ao cidadão sem incentivos, o desemprego juvenil, o urbanismo sem espaços e os PDM sem futuro foram motivo de preocupação.

Destaque ainda para as intervenções de Joaquim Morão, presidente da Federação de Castelo Branco, Porfírio Correia Saraiva, presidente da Concelhia de Penamacor, Domingos Manuel Bicho Torrão, presidente da Câmara Municipal de Penamacor, e ainda para a presença do deputado Vítor Pereira.

Neste encontro, que decorreu sob o lema "Penamacor vivo", estiveram em debate os temas "Desenvolvimento económico", "Contabilidade, gestão e finanças locais" e "Associativismo, QREN e políticas sociais".

Festa do PS no litoral alentejano

CUMPRINDO uma tradição que já conta com alguns anos, a Federação de Setúbal do Partido Socialista voltou este ano a realizar a sua festa do Alentejo Litoral, iniciativa que tem tido como cenário habitual a aldeia do Cano, uma localidade situada na freguesia do Cercal do Alentejo.

O evento, que decorreu num ambiente descontraído e de grande animação, serviu igualmente de pretexto, como referiu o líder da Federação do PS/Setúbal, Vítor Ramalho, para assinalar o enorme progresso e importância política que o Partido Socialista tem vindo a assumir, a nível autárquico, em todos os concelhos situados na faixa litoral do Alentejo, como é o caso da vitória obtida há dois anos na Câmara Municipal de Alcácer do Sal, recolocando assim o Partido Socialista, como frisou Vítor Ramalho, como uma das forças políticas eleitoralmente mais representativas desta zona do país.

Corolário deste cenário, lembrou, é o facto de o PS ser hoje a força partidária com maior representação eleitoral nos municípios de Alcácer

do Sal ou Grândola, no distrito de Setúbal, ou em Odemira, no distrito de Beja, responsabilizando-se aí pela gestão das respectivas autarquias.

Para além dos muitos militantes que se associaram a esta manifestação, oriundos de vários municípios situados na zona litoral alentejana e de Setúbal, e que com a sua presença quiseram demonstrar a profunda influência política que o PS já representa na região, estiveram presentes Eduardo Cabrita, secretário de Estado adjunto da Administração Interna, Ana Paula Vitorino, secretária de Estado dos Transportes, Luís Ameixa, deputado, ex-presidente da Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo e actual presidente da Federação do PS de Beja, António Camilo Coelho, presidente da Câmara Municipal de Odemira, Alexandre Rosa, vice-presidente do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Fátima Lopes, directora regional de Setúbal da Segurança Social, Catarina Marcelino, presidente distrital das mulheres socialistas, Arnaldo Frade, presidente da Concelhia de Santiago de

Cacém, e o nosso director-adjunto, Silvino Gomes da Silva, que é natural da vila alentejana do Cercal.

Para Vítor Ramalho, muito do êxito que o PS tem vindo a alcançar nesta região do litoral alentejano, resulta, como sublinhou, do encontro de um conjunto de factores que passam, nomeadamente, pela qualidade do trabalho que os socialistas e os seus eleitos locais têm vindo a empreender nas diversas autarquias desta região, e, por outro lado, pela introdução de novos métodos de análise e de trabalho que a Federação do PS/Setúbal tem vindo a desenvolver no sentido de dotar esta estrutura distrital do PS com um departamento especialmente vocacionado para trabalhar e estudar os diversos problemas com que esta região e as suas populações ainda se debatem, quer a nível social ou urbanístico, quer no que respeita a aspectos são significativos para o desenvolvimento sustentado desta região, como são os ligados ao planeamento regional, infra-estruturas rodoviárias ou qualidade ambiental. R.S.A.

Fórum Autárquico do PS/Algarve debateu novos desafios do poder local

A nova Lei das Finanças Locais propõe um modelo de financiamento “justo e adequado” aos novos desafios que se colocam às autarquias, visando uma “governança mais eficaz, transparente e com mais rigor”, afirmou o secretário nacional do PS para as Autarquias, Miranda Calha, no dia 9, em Portimão, no Fórum Autárquico.

J.C. CASTELO BRANCO

PROMOVIDO pelo PS/Algarve, o Fórum juntou autarcas socialistas e membros do Governo numa reflexão em torno de quatro painéis: “Cidades e inclusão social”, “Novas políticas de ordenamento”, “Autarquias e projecto educativo” e “Organização autárquica e novos modelos de governação municipal”.

Numa intervenção de fundo sobre a política autárquica na abertura dos trabalhos, Miranda Calha referiu que a Lei das Finanças Locais é “uma reforma necessária e ambiciosa”, que permitirá uma maior descentralização de competências para os municípios, “com regras claras e transparentes”, que assim estarão aptos a lançar uma nova geração de políticas nas áreas da educação, acção social e saúde.

O dirigente socialista sublinhou, por outro lado, o impacto que o Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) terá no desenvolvimento económico e social do país, nomeadamente a nível autárquico, criando novas oportunidades em áreas como a educação e formação.

Miranda Calha referiu-se ainda à regionalização, adiantando que este tema voltará à agenda política na próxima legislatura.

Na sua intervenção, o secretário nacional do PS falou ainda das reformas levadas a cabo pelo Governo, destacando o PRACE, nomeadamente pela sua influência na vida das autarquias.

Na sessão de abertura intervieram também o presidente do PS/Algarve, Miguel Freitas, e o presidente da Câmara Municipal de Portimão, Manuel da Luz.

A discussão estendeu-se por quatro painéis, entre os quais “Cidades e inclusão social”, moderado por Adriano Pimpão, que contou com o ministro do Trabalho, Vieira da Silva, o secretário de Estado da Saúde, Francisco Ramos, e os autarcas António Magalhães da Silva, Joaquim Raposo, Maria da Luz Rosinha e Francisco Leal, respectivamente, presidentes das câmaras de Guimarães, Amadora, Vila Franca de Xira e Olhão.

“Novas políticas de ordenamen-



TRANSFERÊNCIA DE COMPETÊNCIAS PARA AS CÂMARAS VAI MELHORAR QUALIDADE DO ENSINO

A MINISTRA da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, defendeu que a transferência de competências em matéria de educação para as autarquias irá ter como consequência um ensino com melhor qualidade.

A ministra, que falava à margem do encontro autárquico do PS/Algarve, sublinhou que os dois objectivos que norteiam o processo de transferência das matérias de educação para as autarquias “são um serviço público de educação de melhor qualidade e mais eficiente”.

Maria de Lurdes Rodrigues explicou que neste momento o que está em cima da mesa é a transferência de competências de afectação de recursos porque a questão é um triângulo constituído por “Ministério da Educação, autarquias e conselhos executivos das escolas”, acrescentando que “cada um tem um quadro de autonomia relativa, por isso é necessário um trabalho conjunto entre estes três pilares”.

A transferência dos 36 mil funcionários não docentes

das escolas básicas do Ministério da Educação está neste momento em discussão e completamente em aberto, disse a ministra, adiantando que é sempre possível efectuar a transferência do pessoal docente se for essa a forma de conseguir “uma educação de melhor qualidade e mais eficiente”.

Maria de Lurdes Rodrigues referiu ainda que as verbas que serão transferidas para as autarquias para suportar os encargos com o pessoal não docente já estão definidas, explicando que, neste momento o que está em causa são matérias relativas ao ensino básico, pessoal não docente e equipamento das escolas.

Por outro lado, avançou ainda que estão em estudo questões de conservação e manutenção dos edifícios, a construção de novas escolas e toda a área da acção social escolar como funções, transportes, apoio à família e enriquecimento curricular do 1º ciclo.

to”, painel moderado por João Guerreiro, contou com a participação do secretário de Estado das Cidades, João Ferrão, e do deputado Ramos Preto, da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento da AR, bem como dos autarcas José Ernesto, António Leitão Borges, Guilherme Pinto e Manuel Marreiros, respectivamente, presidentes dos municípios de Évora, Resende, Matosinhos e Aljezur.

A ministra da Educação, Maria de Lurdes Rodrigues, participou no painel “Autarquias e projecto educativo”, moderado por António Pina, que contou ainda com a presença da coordenadora dos deputados do PS/Algarve, Aldemira Pinho, e de Silvino Sequeira, Joaquim Morão, Maria Amélia Antunes e Júlio Barroso, respectivamente, presidentes das câmaras de Rio Maior, Castelo Branco, Montijo e Lagos.

O último painel, moderado por Vítor Neto, teve como tema “Organização autárquica e novos modelos de governação municipal” e nele participou o secretário de Estado da Administração Local, Eduardo Cabrita, e o deputado da Comissão de Poder Local, Ambiente e Ordenamento da AR, Luís Pita Ameixa, bem como Gil Fonseca, Susana Amador e Carlos Tuta, respectivamente, presidentes das câmaras de Águeda, Odivelas e Monchique.

O encerramento dos trabalhos esteve a cargo de José Apolinário, dirigente da ANA/PS e presidente da Câmara Municipal de Faro.



OPINIÃO



CARLOS ZORRINHO
Coordenador nacional da
Estratégia de Lisboa e do
Plano Tecnológico

Ao proporcionar o acesso a computadores e a ligações de banda larga a preço reduzido a mais de meio milhão de portugueses com particular apetência para o uso desses recursos no processo de ensino / aprendizagem, o Governo português e os seus parceiros concretizam uma acção inovadora, de forte impacto potencial

MODERNIDADE INCLUSIVA

A PARCERIA desenvolvida no âmbito do Plano Tecnológico entre o Governo e as empresas, tendo por objectivo facilitar o acesso a computadores portáteis e a ligações em banda larga a preço reduzido a grupos alvo rigorosamente seleccionados, designadamente aos professores, aos alunos do ensino secundário e aos inscritos na iniciativa das Novas Oportunidades, constitui uma medida de referência que concretiza uma abordagem moderna e inclusiva do desenvolvimento do país.

Portugal dotou-se nos últimos anos de uma infraestrutura tecnológica de elevada qualidade e índice de cobertura. Ao mesmo tempo a Administração Pública e muitas empresas privadas foram disponibilizando na rede, serviços sofisticados e conteúdos fundamentais para a aprendizagem, o exercício informado da cidadania, a desburocratização e a criação de valor.

Estes recursos determinantes para a valorização do conhecimento e para a qualificação não podem estar sujeitos na sua acessibilidade ao funcionamento estrito das regras do mercado: A falta de formação para o uso de computadores e da Internet, a ausência de recursos económicos para garantir esse acesso, ou a desmotivação decorrente do não conhecimento das vantagens do uso das novas tecnologias, constituem falhas de mercado com graves consequências na competitividade económica e na equidade social.

Ao proporcionar o acesso a computadores e a ligações de banda larga a preço reduzido a mais de meio milhão de portugueses com particular apetência para o uso desses recursos no processo de ensino / aprendizagem, o Governo português e os seus parceiros concretizam uma acção inovadora, de forte impacto potencial, e que é simultaneamente dinamizadora do ponto de vista económico e justa do ponto de vista social, dando músculo ao mercado e preparando melhor o país para ser um território atractivo para as novas indústrias e os novos serviços que vão emergindo na economia do conhecimento.

Esta é uma medida que combina a ousadia própria da agenda da esquerda actual com os valores perenes da justiça e da solidariedade, posicionando-se num quadro de modernidade inclusiva que vai cada vez mais constituindo a imagem de marca deste ciclo governativo.



Dar mais democracia à democracia

José Sócrates declarou o seu total apoio à reforma do Parlamento que a bancada do partido vai apresentar na Assembleia da República até ao próximo dia 10 de Julho.

AO ENCERRAR as Jornadas Parlamentares do Partido Socialista de 18 e 19 de Junho, em Tomar, o secretário-geral disse que esta é uma reforma indispensável que há muito se fazia sentir e que vai proporcionar um ambiente de maior abertura política e de debate entre os diversos partidos representados no Parlamento, assim como abrirá novas janelas de oportunidade para mais intervenções e diálogo dos partidos da oposição com o Governo.

Sócrates afirmou que vem acompanhando esta reforma, “como era minha obrigação”, sublinhando que “sempre estive de acordo com ela”.

E para que não sobrem dúvidas, acrescentou: “fiz aliás sugestões que me envolviam pessoalmente como primeiro-ministro porque acho isso da maior importância”.

O secretário-geral não deixou de lembrar que, apesar do PS dispor actualmente de uma maioria absoluta, nem por isso deixa de ser a força política que tem a coragem de propor e de avançar com uma reforma que permitirá “às forças da oposição, passarem a ter mais espaço e mais tempo para exporem os seus pontos de vista”.

“Nunca houve um líder de um partido com maioria absoluta que tivesse concordado com uma reforma que obriga o primeiro-ministro a ir mais vezes ao Parlamento” sublinhou.

Uma das alterações a introduzir respeita à frequência com que o primeiro-ministro terá que se deslocar à Assembleia da República.

Com efeito, os debates mensais deverão passar a quinzenais, facto que para José Sócrates não oferece qualquer problema. “Irei mais vezes ao Parlamento e fá-lo-ei com muito gosto”.

Para o secretário-geral do PS, esta reforma não visa fortalecer os poderes da maioria, mas antes, como sublinhou, “dar mais poderes às oposições, reforçar o seu papel e dar-lhes mais capacidades e oportunidades”.

Lembrando que este é o Gover-



no que mais reformas tem feito, José Sócrates pediu urgência aos deputados do PS para aprovarem o mais rápido possível um conjunto de diplomas que o Governo já enviou para o Parlamento, como é o caso das propostas de reforma do Ensino Superior, do financiamento do Sistema Rodoviário, do Licenciamento de Obras ou ainda os diplomas relativos ao pacto da Justiça, entre outros.

O elevado ritmo que o Governo está a imprimir à sua agenda reformista, referiu por fim o secretário-geral e primeiro-ministro, não vai abrandar, mesmo durante os meses em que Portugal assumirá a responsabilidade da presidência da União Europeia.

Referindo-se à oposição, o líder socialista lembrou que o traço mais distintivo da vida política portuguesa é que quem tem uma agenda e iniciativas é o Governo, enquanto a oposição “limita-se a comentar as iniciativas do Governo”.

Os partidos da oposição, disse, “tinham a obrigação de contribuir com uma agenda política alternativa, capaz de avançar com soluções e propor vias diferentes”.

Reformar o Parlamento para o tornar mais democrático

O Grupo Parlamentar do PS (GP/PS) esteve reunido em Tomar para debater a reforma do Parlamento, que deverá entrar em funcionamento na próxima sessão legislativa, ou seja, a 15 de Setembro próximo.

Segundo Aberto Martins, o PS vai usar a sua maioria absoluta para “alargar e democratizar o espaço político e não para o estreitar ou

empobrecer”, razão pela qual, disse, “não contem com o PS para fazer do regimento uma arma de arremesso contra quem quer que seja”.

O presidente do GP/PS foi pre-emptório ao afirmar que a reforma do Parlamento vai permitir que a Assembleia da República faça melhor aquelas que são as suas “irrecusáveis e inalienáveis funções constitucionais de representação e fiscalização do Governo e da Administração Pública”.

Em concreto, o líder da bancada defendeu que o plenário deve ser o lugar por excelência dos grandes debates políticos, ao mesmo tempo que enfatizou a valorização do trabalho em comissões no que respeita ao processo legislativo, assumindo estas, em regra, a discussão na generalidade, “desfazendo-se o mito nocivo e real de que o trabalho parlamentar é efectuado apenas em plenário”. Segundo Aberto Martins, este “é um erro que tem tido custos pesados para a Assembleia no exterior, e que não tem suporte na densidade e qualidade dos trabalhos parlamentares que se situam a montante da deliberação da votação global final”.

Com o objectivo de valorizar a autonomia, a liberdade e a responsabilidade dos deputados, a reforma pensada pelo Partido Socialista passa também por estabelecer “a obrigatoriedade de discussão e votação de todas as iniciativas legislativas apresentadas”.

Em matéria de debates, a proposta que está em cima da mesa fará com que o Governo preste contas com maior regularidade e segundo formatos mais equilibrados e actuais.